

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

**PROGRAMA DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL, REINO UNIDO E BANCO
MUNDIAL “REDUÇÃO DO DESMATAMENTO E DAS QUEIMADAS NO
CERRADO BRASILEIRO”**

MARCO DE GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL

**PROJETO “APOIO A ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE REDUÇÃO
DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS NO
CERRADO BRASILEIRO”**

PROCERRADO FEDERAL

*Fundo Fiduciário para Mitigação da Mudança do Clima no Cerrado
Brasileiro (nº 071814)*

*Administrador: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
(Bird)*

*Doador: Governo do Reino Unido, Department of Environment, Food and
Rural Affairs (Defra)*

Agosto de 2014

Brasília - DF

Sumário

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO	7
1.1. Título.....	7
1.2. Localização	7
1.3. Duração.....	7
1.4. Fonte Externa.....	7
1.5. Custo Estimado	7
1.6. Entidade Proponente	7
1.7. Entidade Co-Participante	7
1.8. Agência Implementadora.....	7
1.9. Caracterização das Instituições	7
1.10. Equipe Responsável pela Elaboração do Projeto.....	9
2. CONTEXTO ESTRATÉGICO	10
2.1. Contexto Nacional	10
2.2. Contexto Institucional.....	15
2.3. Objetivos do Programa Cerrado	18
3. OBJETIVOS, BENEFICIÁRIOS E RESULTADOS DO PROJETO	18
3.1. Objetivo de Desenvolvimento	18
3.2. Beneficiários do Projeto.....	18
3.3. Resultados Esperados	19
4. DESCRIÇÃO DO PROJETO	19
4.1. Área do Projeto	19
4.2. Justificativa para o Projeto.....	25
4.3. Descrição dos componentes.....	25
<i>Componente 1: Apoio a Políticas Públicas e Coordenação do Projeto</i>	25
<i>Subcomponente 1.1: Apoio a Políticas Públicas no Cerrado</i>	25
<i>Subcomponente 1.2: Coordenação do Projeto</i>	26
<i>Componente 2: Cadastro Ambiental Rural (CAR)</i>	26
<i>Componente 3: Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais em Unidades de Conservação Federais</i>	27
<i>Componente 4: Gestão Administrativa e Financeira do Projeto</i>	27
5. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO	28
6. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA	28
6.1. Caracterização Socioambiental do Cerrado	29
6.2. O Desmatamento no Cerrado.....	31

6.3.	Os Incêndios Florestais no Cerrado	32
6.4.	Caracterização Socioambiental das UCs	35
	<i>Parque Nacional da Serra da Canastra</i>	36
	<i>Parque Nacional Chapada das Mesas</i>	38
	<i>Refúgio da Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano</i>	39
7.	POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS ADOTADAS PELO BIRD	40
	OP 4.01 – Avaliação Ambiental	40
	OP 4.36 – Florestas	41
	OP 4.04 – Habitats Naturais	41
	OP 4.09 – Controle de Pragas e Parasitas	42
	OP 4.10 – Povos Indígenas	42
	OP 4.12 – Reassentamento Involuntário	42
	OP 4.11 – Recursos Culturais Físicos	42
8.	ANÁLISE COMPARATIVA DE PROCEDIMENTOS AMBIENTAIS NACIONAIS E POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS DO BANCO	43
9.	POTENCIAIS IMPACTOS E MEDIDAS MITIGADORAS	45
	9.1. Potenciais Impactos Sociais Positivos	45
	9.2. Potenciais Impactos Sociais Negativos	45
	9.3. Potenciais Impactos Ambientais Positivos	46
	9.4. Potenciais Impactos Ambientais Negativos	46
10.	CONSULTAS A AGENTES E INSTITUIÇÕES INTERESSADAS	46
	10.1. Consultas sobre o PPCerrado	47
	10.2. Consultas sobre o CAR	49
	10.3. Consultas sobre manejo integrado e adaptativo do fogo às UCs	50
11.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

Lista de Figuras

Figura 1 - Desmatamento no Cerrado.....	13
Figura 2 - Municípios e UCs do Programa Cerrado.....	24
Figura 4 - Localização do bioma Cerrado no Brasil.....	29
Figura 5 - Variação espacial e sazonal da densidade de focos de calor no bioma Cerrado...34	
Figura 6 - Incidência de focos de calor por Estados do bioma Cerrado entre 2003 e 2012...35	
Figura 7 - Número de focos de queimadas nas três Unidades de Conservação de atuação do ProCerrado Federal entre os anos de 2010 e 2013.	36

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Iniciativas de cooperação internacional para o Cerrado.	15
Tabela 2- Projetos que compõem o Programa Cerrado.	17
Tabela 3 - Área de atuação do Projeto de acordo com as atividades previstas para cada um de seus componentes.	20
Tabela 4 – Municípios-alvo do Componente de Cadastramento Ambiental Rural.	21
Tabela 5 - Dados dos Municípios-Alvo do ProCerrado Federal com Ações de Inscrição.	22
Tabela 6 - Dados das Unidades de Conservação do ProCerrado Federal.....	23
Tabela 7 - Salvaguardas acionadas pelo Projeto.	43
Tabela 8 - Potenciais Impactos Ambientais.	46

Siglas

AA – Avaliação Ambiental
APP – Área de Preservação Permanente
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
COEM – Coordenação de Emergências Ambientais
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CGPRO – Coordenação Geral de Proteção
CIF – Climate Investment Funds
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CPTEC – Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos
Defra – *Department of Environment, Food and Rural Affairs*
DIMAN – Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação
DPCD – Departamento de Políticas para Combate ao Desmatamento
DRS – Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável
DAS – Divisão de Satélites e Sistemas Ambientais
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Finor – Fundo de Investimentos do Nordeste
FIP – *Forest Investment Program*
Fiset – Fundo de Investimentos Setoriais
FLEM – Fundação Luís Eduardo Magalhães
Funatura – Fundação Pró-Natureza
Funcate – Fundação de Ciência e Tecnologia Espaciais
FNDF – Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
FNMC – Fundo Nacional sobre Mudança do Clima
GEF – *Global Environment Facility*
GEF Cerrado – Iniciativa Cerrado Sustentável
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFC – *International Finance Corporation*
ICF – Fundo Internacional para o Clima
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MMA – Ministério do Meio Ambiente
ONG – Organização Não Governamental
OSC – Organização da Sociedade Civil
PARNA – Parque Nacional
PGA – Plano de Gestão Ambiental
PMDBBS – Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite
PNCM – Parque Nacional da Chapada das Mesas
PNMC – Política Nacional sobre Mudança do Clima
PNSC – Parque Nacional Serra da Canastra
Polocentro – Programa de Desenvolvimento do Cerrado
PPA – Plano Plurianual

PPCerrado – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado
PRA – Programa de Regularização Ambiental
PRADA – Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas
PrevFogo – Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais
Prodecer – Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento dos Cerrados
Prodoeste – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
RF – Risco de Fogo
RL – Reserva Legal
RVS – Refúgio da Vida Silvestre
RVSVOB – Refúgio da Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano
SBF – Secretaria de Biodiversidade e Florestas
SCF – *Strategic Climate Fund*
SEDR – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural
SEMA/BA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente da Bahia
SEMAR/PI – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí
SICAR – Sistema de Cadastro Ambiental Rural
Sisnama – Sistema Nacional de Meio Ambiente
SMCQ – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental
Sudeco – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste
TI – Terra Indígena
UC – Unidade de Conservação
UGP – Unidade de Gestão do Projetos
UICN – União Internacional de Conservação da Natureza
UNFCCC - *United Nations Framework Convention on Climate Change*

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1. Título

Apoio a Estratégias Nacionais de Redução do Desmatamento e dos Incêndios Florestais no Cerrado Brasileiro – ProCerrado Federal.

1.2. Localização

Bioma Cerrado, em especial Municípios e Unidades de Conservação prioritários para a prevenção e o controle do desmatamento e dos incêndios florestais.

1.3. Duração

36 meses

1.4. Fonte Externa

Fundo Fiduciário: Mitigação da Mudança do Clima no Cerrado Brasileiro, nº 071814

Administrador: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), do Grupo Banco Mundial

Doador: Department of Environment, Food and Rural Affairs (Defra), do Governo do Reino Unido

1.5. Custo Estimado

US\$ 4,3 milhões

1.6. Entidade Proponente

Ministério do Meio Ambiente – MMA.

1.7. Entidade Co-Participante

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.

1.8. Agência Implementadora

Fundação Pró-Natureza – Funatura

1.9. Caracterização das Instituições

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Nome dos dirigentes máximos:

Izabella Mônica Vieira Teixeira, Ministra do Meio Ambiente

Francisco Gaetani, Secretário-Executivo

Unidade responsável pela Coordenação-Geral do Projeto e pelas Estratégias Nacionais de Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios Florestais no Cerrado: Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento

Nomes dos dirigentes:

Carlos Augusto Klink, Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

Francisco J. B. Oliveira Filho, Diretor, Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento

Juliana Simões, Gerente de Projeto, Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento

Carla Leal Lourenço de Miranda, Gerente de Projeto, Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento.

Endereço: SEPN 505, Bloco B, Lote 2, Ed. Marie Prendi Cruz, 2º andar, Sala 214 – CEP: 70.730-542 – Brasília-DF

Telefones: (61) 2028-2140/2196.

E-mail: dpcd@mma.gov.br

Unidade responsável pelas atividades de Cadastro Ambiental Rural: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável

Nomes dos dirigentes:

Paulo Guilherme Francisco Cabral, Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável

Gabriel Lui, Diretor, Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável

Allan Kardec Moreira Milhomens, Gerente de Projeto, Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º andar, sala 732
70068-900 - Brasília - DF

Telefones: (61) 2028- 1390/ 1413/1417

E-mails: gabriel.lui@mma.gov.br; allan.milhomens@mma.gov.br

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Nome do dirigente máximo:

Roberto Ricardo Vizentin, Presidente

Unidades responsáveis pelas atividades de prevenção e combate a incêndios florestais em Unidades de Conservação federais: Diretoria de Planejamento, Administração e Logística e Diretoria de Criação e Manejo de Unidade de Conservação, Coordenação de Emergências Ambientais

Nomes dos dirigentes:

Anna Flávia de Senna Franco, Diretora Planejamento, Administração e Logística

Sérgio Brant, Diretor de Criação e Manejo de Unidade de Conservação

Christian Niel Berlinck, Coordenador de Emergências Ambientais

Endereço: EQSW 103/104, Complexo Administrativo, Setor Sudoeste, CEP: 70.670-350, Bloco D, Térreo

Telefones: (61) 3341- 9021 / 9078 / 9079 / 9472

E-mails: anna.franco@icmbio.gov.br; sergio.brant@icmbio.gov.br;
christian.berlinck@icmbio.gov.br

Nome do dirigente máximo:

Herbert Otto Roger Shubart, Diretor-Presidente

Unidade responsável pela Administração do Projeto:

Cesar Victor do Espírito Santo, Superintendente-Executivo

Endereço:

SHCLN 107, Bloco B, Salas 201, 203, 205 e 207, CEP: 70.743-520, Asa Norte, Brasília-DF

Telefone: (61) 3274-5449

E-mail: cesar.victor@funatura.org.br

1.10. Equipe Responsável pela Elaboração do Projeto

DPCD/SMCQ/MMA

- Francisco Oliveira – Diretor do Departamento de Políticas para Combate ao Desmatamento
- Carla Leal – Gerente de Projeto
- Patrícia Abreu – Analista Ambiental
- Raph Albuquerque – Analista Ambiental
- Sandro Mello – Analista Administrativo

UGP/SMCQ/MMA

- Virgínia Pellegrini – Gerente de Projeto
- Juliana Moreira – Assistente Técnico

DRS/SEDR/MMA

- Allan Milhomens – Gerente de Projeto
- Daniela Nascimento – Analista Ambiental
- Leonardo Zandonadi – Analista Ambiental

COEM/CGPRO/DIMAN/ICMBio

- Christian Berlink – Coordenador de Emergências Ambientais
- João Paulo Morita – Analista Ambiental

FUNATURA

- Cesar Victor do Espírito Santo – Superintendente-Executivo
- Daya Maciel – Assistente Administrativo e Financeiro

2. CONTEXTO ESTRATÉGICO

2.1. Contexto Nacional

O bioma Cerrado brasileiro

O Brasil, país de dimensões continentais, possui uma grande diversidade de paisagens terrestres e marinhas em seu território, entre as quais se destaca o Cerrado, considerado a mais rica savana do mundo em biodiversidade. Fundamental no provimento de serviços ambientais, esse bioma enfrenta taxas elevadas de eliminação de sua cobertura florestal desde os anos 1970, devido ao avanço da fronteira agrícola e à produção de carvão vegetal para suprir a demanda da indústria siderúrgica.

Segundo dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), até 2005 a maior parte das emissões brasileiras líquidas de gases de efeito estufa eram provenientes da mudança do uso do solo, particularmente pela conversão de florestas em plantação de grãos e pastagens. Em 2010, houve uma mudança significativa nesse cenário, com a redução da participação do Setor de Mudança do Uso da Terra e Florestas no total das emissões brasileiras. Essa redução é atribuída à queda das taxas de desmatamento na Amazônia, que têm diminuído de maneira expressiva desde 2004. No bioma Cerrado, a área desmatada em 2010 foi semelhante a da Amazônia e significou 39,1% das emissões de gases de efeito estufa no Setor de Mudança do Uso da Terra e Florestas, atrás apenas da Amazônia, que contribuiu com 50,3% no mesmo ano.¹

De acordo com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o bioma Cerrado perdeu 48,5% de sua área de vegetação nativa até 2010². Os dados apontam que o bioma Cerrado vem perdendo sua área de cobertura natural de forma bastante acelerada em relação aos demais biomas. No caso do Cerrado, o desmatamento está associado não somente ao corte raso de florestas, mas à utilização do fogo. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)³, somente em 2010, foram detectados 112.078 focos de calor no bioma, dos quais 70% estavam localizados em áreas com remanescentes de vegetação nativa, o que indica o enorme prejuízo para a conservação do bioma.

Política Nacional sobre Mudança do Clima e PPCerrado

Durante a 15ª Conferência das Partes (15ª COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (*United Nations Framework Convention on Climate Change* – UNFCCC), realizada em dezembro de 2009 em Copenhague, o governo brasileiro apresentou os compromissos nacionais voluntários de redução, entre 36,1% e

¹ Ver MCTI. Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.mcti.gov.br/index.php/content/view/full/347281.html>.

² Ver Ibama. Projeto de Monitoramento dos Biomas Brasileiros por Satélite (PMDDBS). Disponível em: <http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/cerrado/index.htm>.

³ Ver Inpe. Monitoramento de Queimadas e Incêndios em tempo quase-real. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/proarco/bdqueimadas/grafico.php?&datainicial=2010-01-01&datafinal=2010-12-31&ihora=00:00:00&fhora=23:59:59&estado=&pais=Brasil&satelite=REFERENCIA&vegetacao=&bioma=&tipo=biomab&LAT1=-55.0&LAT2=55.0&LON1=-120.0&LON2=65.0>.

38,9%, das emissões totais de gases de efeito estufa projetadas até 2020⁴. Para alcançar esse resultado, foram estabelecidas ações específicas de redução das emissões por desmatamento na Amazônia e no Cerrado.

Posteriormente, com a edição da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), foram reiterados os compromissos nacionais voluntários como ações de mitigação das emissões. No caso do Cerrado, visa-se reduzir em 40% as emissões provenientes do desmatamento até 2020, em relação à média verificada entre 1999 e 2008, ou seja, uma queda de 15.701 km² para 9.420 km², cerca de 523 km² por ano, ao longo de 12 anos (2009 a 2020). Essa mesma Lei estabeleceu ainda que os planos de ação para prevenção e controle do desmatamento nos biomas brasileiros seriam considerados instrumentos da PNMC.

Visando promover a redução contínua da taxa de desmatamento e a ocorrência de queimadas e incêndios florestais no Cerrado, o governo brasileiro lançou em 2010 o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), Decreto s/nº, de 15 de setembro de 2010⁵, um dos instrumentos da PNMC. Esse Plano contém ações de monitoramento e controle, ordenamento territorial, criação e consolidação de áreas protegidas, fomento à produção sustentável e educação ambiental. O PPCerrado é um plano tático-operacional que se baseia nas diretrizes do Programa Nacional de Uso Sustentável do Bioma Cerrado (Decreto nº 5.577/2005). A primeira fase do PPCerrado contou com ações de várias instituições do Governo Federal, em consonância com o Plano Plurianual vigente na época (PPA 2008-2011).

Em 2012, o Ministério do Meio Ambiente publicou a Portaria nº 97/2012⁶, que dispõe sobre a lista de municípios situados no Bioma Cerrado para medidas e ações prioritárias para monitoramento e controle do desmatamento ilegal, ordenamento territorial e incentivo a atividades econômicas ambientalmente sustentáveis, manutenção de áreas nativas e recuperação de áreas degradadas. Foram selecionados 52 municípios com base no desmatamento observado entre os anos de 2009 e 2010, no percentual de áreas de vegetação nativa remanescente e na presença de áreas protegidas (Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação) em seu território.

Lei de Proteção da Vegetação Nativa

Ainda no ano de 2012, foi sancionada a Lei nº 12.651 – Lei de Proteção da Vegetação Nativa, conhecida como Código Florestal – que instituiu, no capítulo VI, a obrigatoriedade do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para todos os imóveis rurais e, no capítulo IX, orientações para a formulação da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, considerando impactos e cenários relacionados a mudança do clima.

O Decreto Federal nº 7.830/2012 regulamentou vários dispositivos da Lei de Proteção da Vegetação Nativa, definindo critérios e orientações para operacionalizar a

⁴ No âmbito da UNFCCC, esses compromissos voluntários são chamados de Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (*Nationally Appropriate Mitigation Actions – NAMAs*). As NAMAs do Brasil encontram-se disponíveis em:

http://unfccc.int/files/meetings/cop_15/copenhagen_accord/application/pdf/brazilcphaccord_app2.pdf.

⁵ O PPCerrado está disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/201/_arquivos/ppcerrado_201.pdf.

⁶ Portaria MMA nº 97, de 22 de março de 2012. Disponível em:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=72&data=26/03/2012> .

implementação do CAR. O Programa de Regularização Ambiental (PRA), previsto na Lei nº 12.651/2012, foi regulamentado pelo Decreto 8.235, de maio de 2014, que institui o Programa Mais Ambiente Brasil, com finalidade de apoiar o processo de recuperação da vegetação nativa por meio de capacitação, assistência técnica e produção de mudas e sementes. A partir de 6 de maio de 2014, com a publicação da Instrução Normativa nº 2 do Ministério do Meio Ambiente (MMA), foi oficialmente lançado o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), que disponibilizará instrumentos para o cadastramento dos imóveis rurais pelos proprietários ou possuidores rurais e integrará as informações de todos os entes federados.

O CAR tem a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, bem como combate ao desmatamento. Esse instrumento possibilitará aos produtores rurais comprovarem sua regularidade ambiental para fins de acesso a crédito rural e a mercados que exigem compromisso com a proteção do meio ambiente. Por outro lado, os órgãos governamentais terão um instrumento de melhoria do planejamento e da gestão de políticas públicas ambientais para o meio rural, com maior conhecimento da situação dos remanescentes florestais e da identificação mais ágil do desmatamento ilegal.

No que diz respeito ao controle dos incêndios florestais, a Lei 12.651/2012, dispõe sobre a obrigatoriedade de os proprietários rurais solicitarem ao órgão estadual ambiental autorização prévia do uso de fogo na vegetação de locais ou regiões cujas peculiaridades justifiquem o seu emprego em práticas agropastoris ou florestais. Além disso, estabelece que os órgãos ambientais federais, estaduais e municipais, que compõem o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), deverão atualizar e implantar planos de contingência para o combate aos incêndios florestais e que o Governo Federal deverá estabelecer a Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Essa Política terá como objetivo promover a articulação institucional com vistas à substituição do uso do fogo no meio rural, ao controle de queimadas, à prevenção e ao combate aos incêndios florestais e ao manejo do fogo em áreas naturais protegidas. Em 2013, foi iniciado pelo MMA o processo de formulação dessa Política Nacional.

Atualização e Resultados do PPCerrado

Considerando as alterações no marco legal de proteção da vegetação nativa, iniciou-se, em 2013, o processo de atualização do PPCerrado, com o intuito de renovar o planejamento governamental alinhado com o PPA 2012-2015. O principal resultado da primeira fase do Plano (2010-2011) foi a redução de 60,5% do desmatamento em 2010 (6.469 km²) em relação à média no período 1999-2008 (15.701 km²), conforme gráfico a seguir. Apesar desse resultado positivo, a redução do desmatamento deve ser vista com cautela, pois ainda não há monitoramento sistemático do desmatamento no bioma Cerrado como há para a Amazônia (Sistema Prodes/Inpe⁷), o que prejudica a construção de uma linha de base coerente com o comportamento da dinâmica do desmatamento. Para os anos de 2011 a 2015, o monitoramento do desmatamento no Cerrado será feito em parceria entre o MMA, por meio do Ibama, e o MCTI, por meio do Inpe.

⁷ Ver Inpe. Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes). Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>.

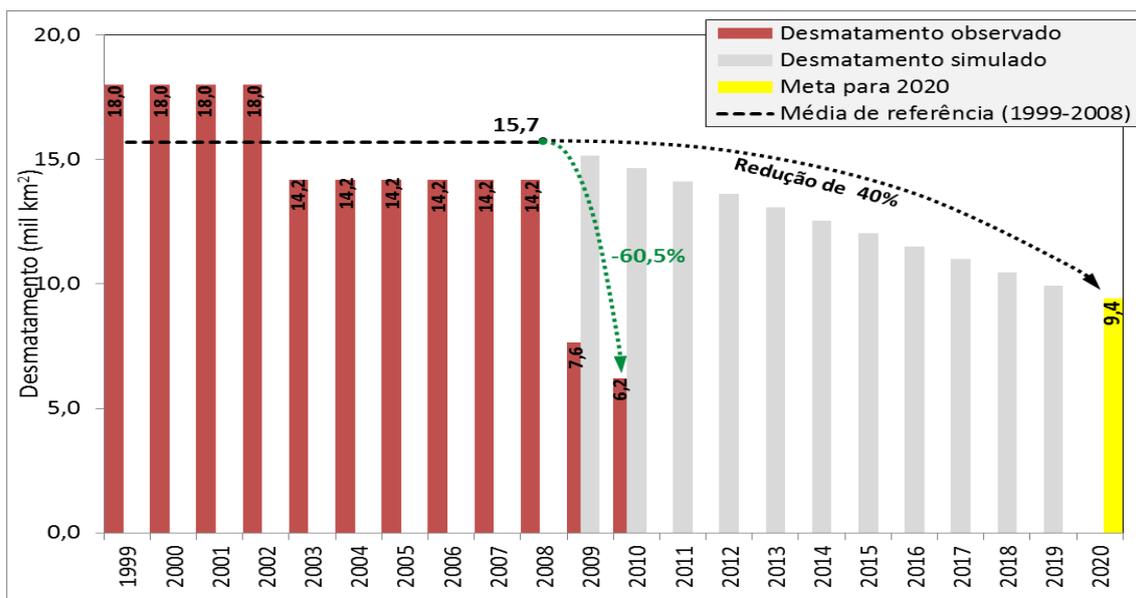


Figura 1 - Desmatamento no Cerrado.

Fontes: Decreto 7.390/2010. Dados de 1999-2002: média estimada com base nos dados do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – Probio. Dados de 2002-2008: média estimada com base nos dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite – PMDBBS. Dados de 2009 e 2010: valores absolutos extraídos do PMDBBS. Os dados de desmatamento no Cerrado estão disponíveis em: <http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/cerrado/index.htm>

Instrumentos de Financiamento do PPCerrado

Para apoiar a implementação do PPCerrado e atingir o objetivo de reduzir as emissões por desmatamento estabelecido na PNMC, considerando a Lei de Proteção da Vegetação Nativa, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) conta com recursos nacionais e externos. Parte dos recursos nacionais estão alocados no Plano Plurianual do governo federal brasileiro para o período de 2012 a 2015 (PPA 2012-2015)⁸, particularmente em ações dos seguintes Programas Temáticos:

- 2036 – Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas;
- 2018 – Biodiversidade;
- 2065 – Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas;
- 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária;
- 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização;
- 2070 – Segurança Pública com Cidadania;

Além do PPA, há fundos que complementam o financiamento de ações consoantes com a estratégia do PPCerrado, tais como, o Fundo Amazônia⁹, o Fundo Nacional sobre

⁸ O PPA 2012-2015 está disponível em:

<http://www.planejamento.gov.br/ministerio.asp?index=10&ler=s1086##ppaAtual>.

⁹ O Fundo Amazônia apoia o desenvolvimento de sistemas de monitoramento da cobertura florestal e de controle do desmatamento em outros biomas, além da Amazônia, especialmente a implementação do

Mudança do Clima (FNMC)¹⁰ e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF)¹¹.

Adicionalmente, existem as seguintes iniciativas de cooperação internacional para o Cerrado:

- Iniciativa Cerrado Sustentável¹² (GEF Cerrado) – estabelecida entre o Brasil e o Banco Mundial, com recursos de doação multilateral do *Global Environment Facility* (GEF), para apoiar o Programa Nacional de Uso Sustentável do Bioma Cerrado, que fornece as diretrizes estratégicas para o PPCerrado. A unidade do MMA responsável pela coordenação dessa iniciativa é a Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF).
- Programa de Investimento Florestal (*Forest Investment Program* – FIP)¹³ – um dos três programas que compõem o Fundo Estratégico do Clima (*Strategic Climate Fund*, SCF), que por sua vez faz parte dos Fundos de Investimentos do Clima (*Climate Investment Funds*, CIF) – conformados por doações de 14 países, administradas por Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. No Brasil, apoia exclusivamente iniciativas para o Cerrado, com recursos administrados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), pela *International Finance Corporation* (IFC) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A Secretaria Executiva do MMA é responsável pela coordenação do Comitê Executivo Interministerial para acompanhamento e implementação do Plano de Investimento do Brasil no FIP.
- Projeto de Prevenção, Controle e Monitoramento de Queimadas Irregulares e Incêndios Florestais no Cerrado – Projeto Cerrado-Jalapão (2011-2016) – cooperação técnica e financeira estabelecida com o Governo da Alemanha, com recursos de doação. A Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA é responsável pela coordenação desse projeto.
- Programa de Redução do Desmatamento e dos Incêndios Florestais no Cerrado Brasileiro – Programa Cerrado (2011-2018)¹⁴ – executado por meio de projetos com recursos de doação do governo do Reino Unido ao Fundo Fiduciário de Mitigação da Mudança do Clima no Cerrado Brasileiro, administrado pelo Banco Mundial. Esse programa é igualmente coordenado pela Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA.

O MMA tem envidado esforços de coordenação dessas iniciativas para evitar sobreposições, potencializar sinergias e orientar alocação de recursos a ações que efetivamente contribuam ao alcance dos objetivos estabelecidos na PNMC e no PPCerrado. Os projetos são executados em parceria com outros ministérios, órgãos

Cadastro Ambiental Rural (CAR). Informações sobre o Fundo Amazônia estão disponíveis em:

<http://www.fundoamazonia.gov.br>.

¹⁰ Informações sobre o FNMC estão disponíveis em: <http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/fundo-nacional-sobre-mudanca-do-clima>.

¹¹ Em 2013, o FNDF, em parceria com o FNMC, lançou sua primeira Chamada Pública para seleção de projetos no Cerrado – Chamada FNDF/FNMC nº 4 – visando promover assistência técnica para o fortalecimento de empreendimentos florestais de base comunitária no Cerrado. Informações sobre o FNDF estão disponíveis em: <http://www.florestal.gov.br/extensao-e-fomento-florestal/fundo-nacional-do-desenvolvimento-florestal/fundo-nacional-de-desenvolvimento-florestal>.

¹² Mais informações disponíveis em: <http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado/iniciativa-cerrado-sustentavel>.

¹³ Mais informações disponíveis em: <https://www.climateinvestmentfunds.org/cifnet/?q=country/brazil>.

¹⁴ Mais informações disponíveis em: <http://www.mma.gov.br/florestas/controle-e-prevencao-do-desmatamento/plano-de-acao-para-cerrado---ppcerrado/projetos-de-apoio-ao-ppcerrado>.

estaduais, organizações não-governamentais, além de organismos internacionais. A tabela a seguir apresenta um resumo dos projetos:

Tabela 1 – Iniciativas de cooperação internacional para o Cerrado.

Projeto	Objetivo	Recurso Externo (US\$)
GEF Cerrado	1. Promover o aumento da conservação da biodiversidade e melhorar o manejo dos recursos ambientais e naturais do bioma Cerrado por meio do apoio a políticas e práticas apropriadas.	13.000.000,00 – Doação
FIP	1. Realizar o Cadastro Ambiental em municípios prioritários do Cerrado e implementar o SICAR nos Estados; 2. Implementar o Programa de Agricultura de Baixo Carbono; 3. Implementar o Inventário Florestal; 4. Implementar sistema de monitoramento da cobertura vegetal e prevenção de incêndios florestais.	37.500.000,00 – Doação 32.500.000,00 – Empréstimo
Projeto Cerrado- Jalapão/ Alemanha	1. Promover a implementação de mecanismos efetivos de prevenção e controle de queimadas irregulares e incêndios florestais na área de abrangência do Corredor Ecológico da Região do Jalapão; 2. Aprimorar a gestão das unidades de conservação prioritárias do Corredor Ecológico do Jalapão; 3. Desenvolver instrumentos de monitoramento de queimadas e desmatamentos no Cerrado.	15.899.900,00* – Doação
Programa Cerrado/ Reino Unido	1. Promover a regularização ambiental, fortalecendo o monitoramento e assegurando o cumprimento dos requisitos legais para a proteção das áreas de APP e RL dos imóveis rurais por meio da inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR); 2. Promover a queima controlada, prevenção de incêndios florestais, substituição do fogo por práticas agrícolas sustentáveis e fortalecimento da capacidade de combate a incêndios.	16.795.000,00** – Doação
TOTAL		115.694.900,00

* A doação foi feita em euro, no total de € 11.500.000,00. A taxa de conversão para dólar foi a seguinte: €1,00 euro = US\$ 1,3826.

** A doação foi feita em libra esterlina, no total de £10.000.000,00. A taxa de conversão para dólar foi a seguinte: £1,00 = US\$ 1,6795.

2.2. Contexto Institucional

Coordenação Nacional de Políticas para Redução do Desmatamento e dos Incêndios Florestais

No contexto da Administração Pública Federal brasileira, cabe ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) a proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais. Por meio de sua Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), o Ministério tem como responsabilidade coordenar os principais instrumentos de implementação da PNMC, dentre os quais destaca-se o PPCerrado.

Devido à relevância da redução dos incêndios florestais para a mitigação da mudança do clima, a SMCQ coordena igualmente o processo de formulação da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. O objetivo dessa Política é promover a articulação interinstitucional com vistas ao manejo integrado e adaptativo do fogo, incluindo ações de substituição gradativa do uso do fogo no meio rural, de controle de queimadas, de prevenção e de combate aos incêndios florestais. A Política Nacional vem sendo construída em parceria com o Ibama e o ICMBio, à luz do conceito de “manejo integrado e adaptativo do fogo” que é um modelo que associa aspectos ecológicos, socioeconômicos e técnicos com o objetivo de integrar as ações destinadas ao controle de queimadas e à prevenção e combate aos incêndios florestais, em uma perspectiva de constante monitoramento, avaliação, adaptação e redirecionamento de ações.

Uma das ações centrais das políticas nacionais de redução do desmatamento e dos incêndios florestais é o CAR. Para coordenar a implementação desse instrumento em parceria com os Estados, o MMA conta com uma equipe na Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR). Essa equipe é responsável inclusive pela execução do Projeto CAR no âmbito do FIP.

Áreas prioritárias de atuação do ICMBio no Cerrado

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), criado pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, tem como finalidade executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Cabe a ele ainda, fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das UCs federais. Dessa forma, a atuação no monitoramento, na prevenção e no combate a incêndios florestais em unidades de conservação federais é de responsabilidade do ICMBio.

O bioma Cerrado conta com 41 Unidades de Conservação Federais, sendo 9 Áreas de Proteção Ambiental, 1 Área de Relevante Interesse Ecológico, 5 Estações Ecológicas, 6 Florestas Nacionais, 13 Parques Nacionais, 1 Reserva Biológica, 5 Reservas Extrativistas e 1 Refúgio de Vida Silvestre. Essas UCs ocupam uma área de aproximadamente 5 milhões de hectares (cerca de 5% da área de cobertura remanescente em 2008) e são anualmente atingidas por incêndios florestais. Em 2010 os incêndios florestais atingiram uma área total em UCs de 1.694.593 ha, seguido por 630.375 ha em 2011 e 1.126.682 ha em 2012.

Para atuar no combate aos incêndios, o ICMBio passou a contratar brigadas para atuação direta nas UCs federais. O programa de combate a incêndios florestais nas UCs federais iniciou as ações contratando 606 pessoas para atuar em 45 unidades de conservação federais. Em 2012, foram contratados 1.743 brigadistas para atuar em 100 Unidades de Conservação.

Fundo Fiduciário de Mitigação da Mudança do Clima no Cerrado Brasileiro

O Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (Reino Unido), por meio de seu Fundo Internacional para o Clima (ICF), vem ajudando os países em desenvolvimento a evitar a perda de florestas por meio de iniciativas de mitigação e adaptação à mudança do clima e, ao mesmo tempo, continuar promovendo um desenvolvimento de baixo carbono com uso eficiente dos recursos e aproveitamento sustentável dos recursos naturais. O Reino Unido tem como objetivos reduzir as taxas de desmatamento líquido nas regiões tropicais pela metade até 2020 e deter o crescimento bruto do desmatamento no mundo até 2030.

Com esse intuito, o Governo do Reino Unido fez uma doação de £ 10 milhões para um programa conjunto com o Governo do Brasil baseado no bioma Cerrado, que tem por objetivo reduzir as taxas de desmatamento por meio de apoio ao cadastramento ambiental de imóveis rurais e de assistência aos produtores rurais para restaurar a vegetação em terras desmatadas ilegalmente. A referida doação também financia medidas de prevenção e controle dos incêndios florestais.

O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) foi selecionado como administrador do Fundo Fiduciário de Mitigação da Mudança do Clima no Cerrado Brasileiro e firmou, em dezembro de 2011, um acordo com o Ministério do Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais (*Department of Environment, Food and Rural Affairs – Defra*) do governo britânico para gerir os recursos doados.

A previsão de encerramento do Programa de Cooperação entre o Brasil, o Reino Unido e o Banco Mundial, intitulado “Redução do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado Brasileiro” (Programa Cerrado), é 30 de junho de 2018. O Programa é executado sob a coordenação geral do Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil.

O Programa é composto por cinco projetos, conforme apresentado no Quadro abaixo:

Tabela 2- Projetos que compõem o Programa Cerrado.

Título do Projeto	Coordenação	Agência Implementadora	Valor Estimado (US\$)
1. Redução do Desmatamento e dos Incêndios Florestais na Bahia (Projeto Cerrado Bahia)	SEMAR/PI	Fundação Luís Eduardo Magalhães (FLEM)	4,4 milhões
2. Redução do Desmatamento e dos Incêndios Florestais no Piauí (ProCerrado Piauí)	SEMA/BA	Fundação Agente para o Desenvolvimento do Agronegócio e Meio Ambiente	4,4 milhões
3. Apoio à Nova Plataforma Digital para o Monitoramento e Gestão do Uso do Fogo na Vegetação (Projeto TERRA-MA ² Q)	Inpe	Fundação de Ciência, Aplicação e Tecnologia Espaciais (Funcate)	1,05 milhões

Título do Projeto	Coordenação	Agência Implementadora	Valor Estimado (US\$)
4. Apoio a estratégias nacionais de redução do desmatamento e dos incêndios florestais no Cerrado brasileiro (ProCerrado Federal)	MMA	Fundação Pró-Natureza (Funatura)	4,3 milhões
5. Assistência Técnica em Mudança do Clima no Cerrado	MMA	Bird	635 mil

2.3. Objetivos do Programa Cerrado

O Programa tem por objetivo apoiar o Brasil a mitigar a mudança do clima no Cerrado e melhorar a gestão ambiental e dos recursos naturais nesse bioma por meio de políticas e práticas adequadas de produção rural. Para alcançar esse objetivo, o Programa está dividido nos seguintes componentes:

- **Regularização Ambiental Rural:** promoção da adequação de produtores rurais à legislação florestal por meio do apoio ao cadastramento ambiental de imóveis rurais e recuperação de passivos em Áreas de Proteção Permanente (APP) e Reserva Legal (RL).
- **Prevenção e combate a incêndios florestais:** fortalecimento da capacidade de prevenção e combate a incêndios florestais nos três níveis da federação e promoção de práticas agrícolas alternativas ao uso do fogo.

3. OBJETIVOS, BENEFICIÁRIOS E RESULTADOS DO PROJETO

3.1. Objetivo de Desenvolvimento

O objetivo de desenvolvimento do ProCerrado Federal é fortalecer a capacidade de coordenação de políticas e de implementação de ações de prevenção e controle do desmatamento e de manejo integrado e adaptativo do fogo no Cerrado.

3.2. Beneficiários do Projeto

Serão beneficiados diretos do presente Projeto:

- Os proprietários de imóveis de até 4 módulos fiscais que terão sua inscrição no CAR apoiada pelo Projeto nos municípios-alvo. Para parte desse grupo de imóveis poderá ser exigida a recuperação da cobertura do solo com vegetação nativa. Nesse sentido, o projeto prevê o apoio para elaboração de Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) desses imóveis rurais.
- Os proprietários rurais em geral (com imóveis maiores que 4 módulos fiscais) dos municípios-alvo, pois poderão contar com atendimento para a inscrição no CAR, por meio dos balcões de atendimento do CAR instalados nos municípios.
- O MMA, que passará a contar com uma maior capacidade de coordenação e monitoramento do PPCerrado, bem como articulação e implementação da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas e Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais.

- O ICMBio, que contará com uma maior capacidade de atuação em manejo integrado e adaptativo do fogo em 3 Unidades de Conservação Federais do Cerrado.

Adicionalmente, serão beneficiários indiretos do Projeto:

- Organizações de assistência técnica rural, organizações não governamentais, instituições de pesquisa e ensino (ex.: Universidades), organizações representativas (Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Associações de Produtores e Cooperativas Locais, etc.) que atuam nos municípios-alvo das ações de Cadastramento Ambiental Rural;
- Populações locais do interior e entorno das UCs federais do projeto, que contarão com uma maior qualidade ambiental pela redução dos incêndios florestais.

3.3. Resultados Esperados

Os resultados esperados do Projeto são os seguintes:

- CAR divulgado e implementado em Municípios prioritários do Cerrado;
- Unidades de Conservação federais fortalecidas para implementação do manejo integrado e adaptativo do fogo;
- Políticas públicas de redução do desmatamento e dos incêndios florestais disseminadas e implementadas.

4. DESCRIÇÃO DO PROJETO

4.1. Área do Projeto

As atividades voltadas para implementação do PPCerrado e da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais terão abrangência em todo o bioma Cerrado. Algumas ações ocorrerão em Unidades de Conservação Federais prioritárias para o combate a incêndios florestais e em Municípios prioritários do Cerrado, conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 3 - Área de atuação do Projeto de acordo com as atividades previstas para cada um de seus componentes.

Componente		Atividades	Área de Atuação
1	Apoio a Políticas Públicas e Coordenação do Projeto	Apoio ao planejamento, divulgação e implementação do PPCerrado e da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.	Todo o Bioma Cerrado
		Coordenação do Projeto	
2	CAR	Divulgação	58 Municípios do Cerrado
		Balcões de Atendimento	8 Municípios do Cerrado
		Inscrições dos imóveis rurais no SICAR	6 Municípios do Cerrado
		Elaboração de PRADA	6 Municípios do Cerrado
3	Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais em UCs federais	Apoio a ações de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais em UCs Federais	3 UCs Federais: Parque Nacional Serra da Canastra, Parque Nacional Chapada das Mesas e Refúgio da Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano
4	Gestão Administrativa e Financeira do Projeto	Elaboração de documentos de planejamento e gestão do Projeto, preparação de Relatórios Financeiros e Contábeis, realização de procedimentos de execução financeira, pagamentos de bens, serviços e produtos contratados, bem como realização de auditorias internas e externas.	-

As ações relacionadas ao CAR estão divididas em três tipos de atividades (divulgação, balcões de atendimento e inscrição) que serão realizadas em diferentes municípios. Para a seleção desses municípios foram adotados os seguintes critérios:

- Estar na lista de municípios prioritários do PPCerrado (Portaria MMA nº 97/2012) e não ser beneficiado por outras fontes de financiamento para inscrição no CAR, tais como, FIP e Fundo Amazônia;
- Estar localizado em área próxima a Unidades de Conservação beneficiadas pelo Projeto;
- Ter sido indicado por Estados para ações de divulgação do CAR, durante as consultas realizadas no âmbito do Projeto CAR-FIP.

A tabela a seguir apresenta a lista de municípios prioritários selecionados, explicitando os critérios usados, os Estados beneficiados e os tipos de atividade de CAR:

Tabela 4 – Municípios-alvo do Componente de Cadastramento Ambiental Rural.

CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO MUNICÍPIO	UF	NOME	TIPOS DE ATIVIDADE		
			DIVULGAÇÃO	BALCÃO DE ATENDIMENTO	INSCRIÇÃO E PRADA
1 Indicação Estado	DISTRITO FEDERAL	BRASÍLIA	X		
2 PPCerrado	GOIÁS	CAIAPÔNIA	X		
3 PPCerrado	GOIÁS	CRISTALINA	X		
4 PPCerrado	GOIÁS	CRIXÁS	X		
5 Indicação Estado	GOIÁS	MINEIROS	X		
6 Indicação Estado	GOIÁS	NIQUELÂNDIA	X		
7 Indicação Estado	GOIÁS	RIO VERDE	X		
8 Indicação Estado	GOIÁS	ITUMBIARA	X		
9 Indicação Estado	GOIÁS	PIRACANJUBA	X		
10 Indicação Estado	GOIÁS	QUIRINÓPOLIS	X		
11 PPCerrado	MARANHÃO	ALDEIAS ALTAS	X		
12 PPCerrado	MARANHÃO	ALTO PARNAÍBA	X	X	X
13 PPCerrado	MARANHÃO	BALSAS	X	X	X
14 PPCerrado	MARANHÃO	BARRA DO CORDA	X		
15 PPCerrado	MARANHÃO	BARREIRINHAS	X		
16 PPCerrado	MARANHÃO	BURITI	X		
17 Unidades Conservação	MARANHÃO	CAROLINA	X	X	
18 PPCerrado	MARANHÃO	CAXIAS	X		
19 PPCerrado	MARANHÃO	CHAPADINHA	X		
20 PPCerrado	MARANHÃO	CODÓ	X		
21 PPCerrado	MARANHÃO	COROATÁ	X		
22 Unidades Conservação	MARANHÃO	ESTREITO	X	X	
23 PPCerrado	MARANHÃO	PARNARAMA	X		
24 PPCerrado	MARANHÃO	RIACHÃO	X	X	X
25 PPCerrado	MARANHÃO	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	X		
26 PPCerrado	MARANHÃO	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	X		
27 PPCerrado	MARANHÃO	SÃO JOÃO DO SOTER	X	X	X
28 PPCerrado	MARANHÃO	TIMBIRAS	X		
29 PPCerrado	MARANHÃO	TUNTUM	X		
30 PPCerrado	MARANHÃO	URBANO SANTOS	X		
31 PPCerrado	MARANHÃO	VARGEM GRANDE	X		
32 PPCerrado	MATO GROSSO	ÁGUA BOA	X		
33 PPCerrado	MATO GROSSO	COCALINHO	X		
34 PPCerrado	MATO GROSSO	PARANATINGA	X		
35 PPCerrado	MATO GROSSO	ROSÁRIO OESTE	X		
36 Indicação Estado	MATO GROSSO DO SUL	COXIM	X		
37 Indicação Estado	MATO GROSSO DO SUL	NIOAQUE	X		
38 PPCerrado	MATO GROSSO DO SUL	PORTO MURTINHO	X		
39 Indicação Estado	MATO GROSSO DO SUL	RIBAS DO RIO PARDO	X		
40 Indicação Estado	MATO GROSSO DO SUL	TERENOS	X		
41 PPCerrado	MINAS GERAIS	BURITIZEIRO	X		
42 Indicação Estado	MINAS GERAIS	JANUÁRIA	X		
43 PPCerrado	MINAS GERAIS	JOÃO PINHEIRO	X		
44 Indicação Estado	MINAS GERAIS	SANTA FÉ DE MINAS	X		
45 Indicação Estado	MINAS GERAIS	SÃO ROMÃO	X		
46 Indicação Estado	TOCANTINS	ALMAS	X		
47 Indicação Estado	TOCANTINS	ARAGUAÇU	X		
48 Indicação Estado	TOCANTINS	GOIATINS	X		
49 Indicação Estado	TOCANTINS	ITACAJÁ	X		
50 Indicação Estado	TOCANTINS	MIRACEMA DO TOCANTINS	X		
51 Indicação Estado	TOCANTINS	MONTE DO CARMO	X		
52 PPCerrado	TOCANTINS	NATIVIDADE	X	X	X
53 PPCerrado	TOCANTINS	PIUM	X	X	X
54 Indicação Estado	TOCANTINS	RECURSOLÂNDIA	X		
55 Indicação Estado	TOCANTINS	RIO SONO	X		
56 Indicação Estado	TOCANTINS	SANDOLÂNDIA	X		
57 Indicação Estado	TOCANTINS	TAGUATINGA	X		
58 Indicação Estado	TOCANTINS	TOCANTÍNIA	X		

As tabelas a seguir trazem informações adicionais sobre número e área de estabelecimentos rurais nos municípios com ações de inscrição no CAR (Tabela 5) e de área atingida por incêndio florestal (AAI) em UCs federais do Projeto (Tabela 6).

Tabela 5 - Dados dos Municípios-Alvo do ProCerrado Federal com Ações de Inscrição.

Municípios-alvo do ProCerrado Federal	Área dos Municípios (ha)	Número de Estabelecimentos Rurais	Área dos Estabelecimentos Rurais (ha)	Estabelecimentos de até 4 Módulos Fiscais		Estabelecimentos acima de 4 Módulos Fiscais	
				Número	Área (ha)	Número	Área (ha)
Maranhão							
Alto Parnaíba	1.113.217,6	762	190.153	606	34.186	156	155.967
Balsas	1.314.173,3	1.724	630.742	1.287	72.251	437	556.415
Riachão	637.301,7	1.891	302.656	1.543	79.784	348	222.305
São João do Soter	143.806,8	1.509	11.696	1.444	5.272	65	6.424
Tocantins							
Natividade	324.071,5	420	368.858	222	18.981	198	349.877
Pium	1.001.379,4	453	582.382	228	22.401	225	559.982
TOTAL	4.533.950,3	6.759	2.086.487	5.330	232.875	1.429	1.850.970

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2006.

Tabela 6 - Dados das Unidades de Conservação do ProCerrado Federal.

Unidade de Conservação Federal	Área Total (ha)	2010		2011		2012		2013		Média dos 4 anos	
		Área Atingida por Incêndio – AAI (ha)	% da UC com AAI	AAI (ha)	% da UC com AAI	AAI (ha)	% da UC com AAI	AAI (ha)	% da UC com AAI	AAI (ha)	% da UC com AAI
Parna Chapada das Mesas	159.954	48.949	31	25.594	16	16.957	11	34.465	22	31.491	20
Parna Serra da Canastra	197.812	82.931	42	28.404	14	88.365	45	12.548	6	53.062	27
Revis Veredas do Oeste Baiano	128.051	Sem informação.	-	62.697	49	99	0	2.639	2	21.812	17

Fonte: ICMBio.

O mapa a seguir representa as áreas de atuação do Programa Cerrado como um todo, incluindo as UCs e os municípios beneficiados pelo ProCerrado Federal:

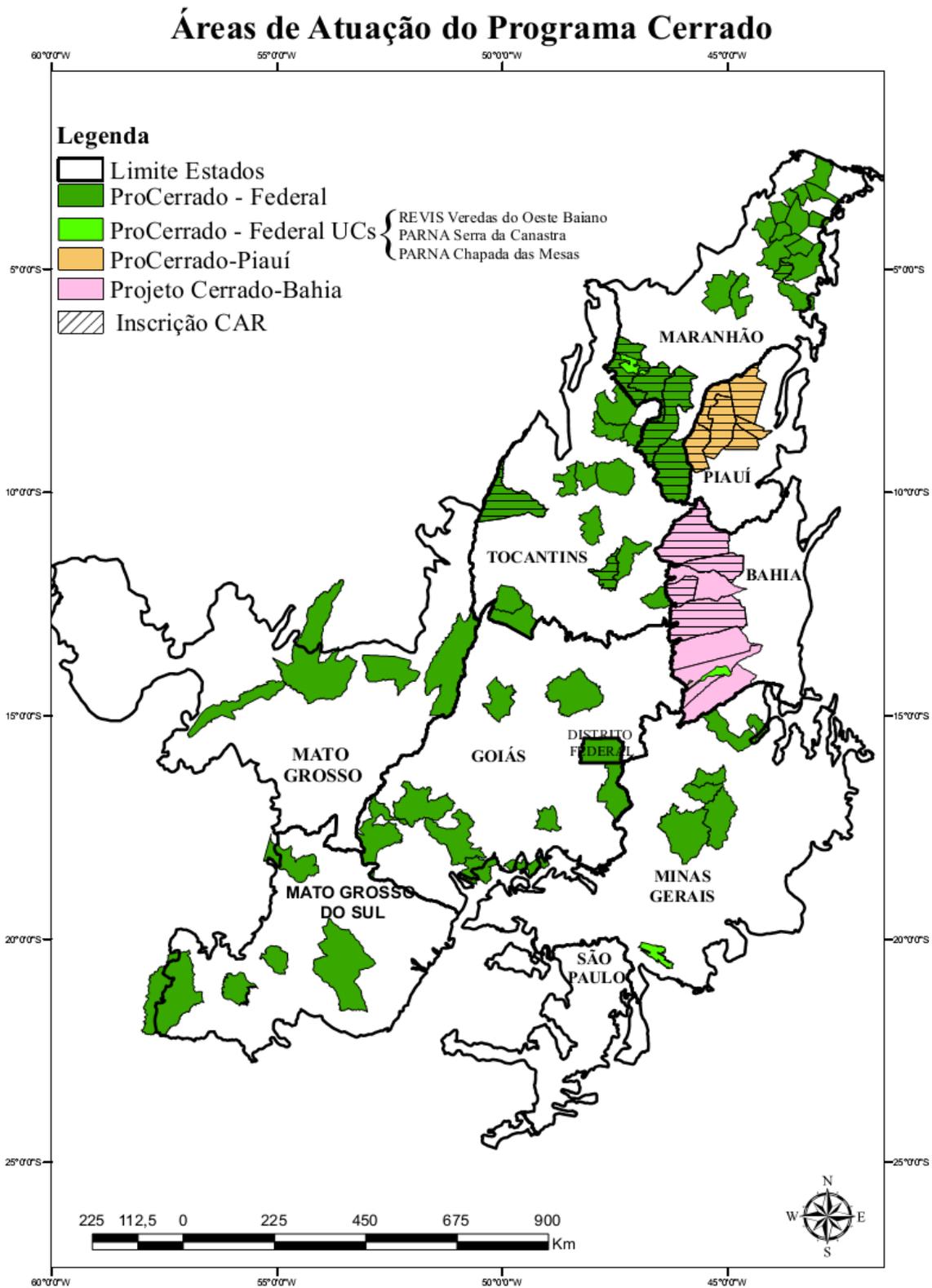


Figura 2 - Municípios e UCs do Programa Cerrado.

4.2. Justificativa para o Projeto

Com a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 12.651/2012), o MMA possui o desafio de implementar dois instrumentos fundamentais para a redução do desmatamento e da degradação florestal nos próximos anos: o CAR e a Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Considerando que esses instrumentos contribuirão para a redução das emissões por desmatamento e queimadas no bioma Cerrado se implementados de forma coordenada com a PNMC e o PPCerrado, foi diagnosticada a necessidade de construção de uma proposta de projeto que articulasse ações de apoio ao fortalecimento de políticas públicas com iniciativas locais de cadastramento de imóveis rurais em municípios prioritários e de controle de incêndios florestais em Unidades de Conservação.

Maior controle dos órgãos ambientais e melhor cumprimento da legislação ambiental é o que se alcançará por meio do CAR. Essas ações ajudarão a evitar o desmatamento ilegal e a restaurar a vegetação nativa em reservas naturais desmatadas em terras privadas. Por outro lado, a promoção da queima controlada e o fortalecimento da capacidade de combate a incêndios florestais em Unidades de Conservação evitará a perda desnecessária de grandes áreas de vegetação nativa e de biodiversidade.

4.3. Descrição dos componentes

O presente Projeto apoiará o MMA na coordenação nacional de políticas públicas de redução do desmatamento e de incêndios florestais no Cerrado, na divulgação e na implementação do CAR em Municípios do Cerrado e no fortalecimento de Unidades de Conservação Federais. Com a regularização ambiental de imóveis rurais e com o fortalecimento da capacidade de gestão e operação do MMA e do ICMBio, o Projeto contribuirá para a redução do desmatamento e dos incêndios florestais e, conseqüentemente, das emissões de gases de efeitos estufa no Cerrado. Para atingir os objetivos, as ações do Projeto estão distribuídas entre os seguintes componentes:

Componente 1: Apoio a Políticas Públicas e Coordenação do Projeto

O presente componente está dividido em dois subcomponentes. O primeiro é de apoio a políticas públicas que orientam as ações de prevenção e combate ao desmatamento e aos incêndios florestais no Cerrado, e o segundo é de apoio à coordenação do Projeto.

Subcomponente 1.1: Apoio a Políticas Públicas no Cerrado

Este subcomponente visa apoiar a implementação, o monitoramento e a avaliação do PPCerrado e da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Todas as atividades apoiadas pelo Projeto considerarão as mudanças instituídas pela Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei 12.651/2012) e o desenvolvimento da capacidade de governança para a implementação dessas políticas.

As atividades previstas para este Subcomponente incluem produção de materiais de divulgação e publicações, bem como apoio à realização de reuniões e eventos com a participação de governos estaduais e municipais e sociedade civil, que contribuirão para a disseminação e a implementação do PPCerrado e da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. Em

complementação, o Projeto apoiará capacitações e atividades de discussão e troca de experiências sobre temas estratégicos como desmatamento, cadastramento ambiental rural e incêndios florestais por meio de seminários e workshops. Serão igualmente contratadas consultorias para apoiar o monitoramento e a avaliação da implementação das referidas políticas públicas.

Subcomponente 1.2: Coordenação do Projeto

Este subcomponente prevê a contratação de profissionais especializados para apoiar a execução das atividades previstas em campo e para a articulação e gestão do projeto com as instituições parceiras (SMCQ/MMA, SEDR/MMA, ICMBio e Funatura). Além da contratação dos referidos profissionais, este subcomponente ainda prevê recursos para o pagamento de viagens para o deslocamento da equipe do Projeto para as áreas de atuação (Figura 2) e para reuniões de coordenação em Brasília.

Componente 2: Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Este componente visa contribuir para a promoção da adequação de produtores rurais à legislação florestal por meio da inscrição no CAR, conforme determina a Lei 12.651/12. O projeto cumpre apenas a etapa inicial do processo, isto é, a inscrição no CAR e a elaboração de PRADAs para os estabelecimentos menores que 4 módulos fiscais com passivos ambientais. O Projeto, portanto, não abrange as outras etapas necessárias para chegar à efetiva regularização ambiental dos imóveis com passivos ambientais, tais como, apoio a instituições de assistência técnica locais; apoio a elaboração de Programas de Regularização Ambiental estaduais; e acompanhamento da execução do PRADA.

As atividades a serem realizadas nesse componente envolvem planejamento e produção de campanha de divulgação, a montagem de balcões de atendimento aos produtores rurais, a articulação com atores locais e a efetiva inscrição dos imóveis rurais e a elaboração de PRADA por meio da contratação de empresa especializada. A área de atuação das ações desse componente está dividida de acordo com os tipos de ação (divulgação, balcões e inscrição), conforme Tabela 4. As atividades de divulgação e mobilização do público-alvo e de organizações representativas acontecerão em 58 municípios do Cerrado, abrangendo parte dos Estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins e Distrito Federal. Os balcões de atendimento serão instalados em 8 dos 58 municípios que terão ações de divulgação e mobilização. A empresa a ser contratada para realização da inscrição dos imóveis rurais e da elaboração de PRADA terá como abrangência de atuação 6 municípios dos 8 municípios que terão balcões de atendimento instalados.

Para o alcance dos resultados esperados, serão estabelecidas parcerias estratégicas com órgãos estaduais e municipais, com órgãos de assistência técnica, entidades representativas do setor agropecuário, associações de agricultores, sindicatos rurais e ONGs. As parcerias, tanto em nível estadual quanto municipal, ajudarão na integração de bases de dados e informações, na divulgação, na mobilização dos proprietários rurais e na inscrição dos imóveis nos sistemas do CAR.

O Projeto CAR-FIP atuará de forma complementar ao ProCerrado Federal, promovendo a capacitação dos agentes municipais e a instalação e o funcionamento dos sistemas estaduais do CAR no Maranhão e no Tocantins, incluindo interface com usuários e

integração com SICAR, bem como disponibilizando bases de dados organizadas para facilitar o processo de inscrição.

Componente 3: Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais em Unidades de Conservação Federais

As três Unidades de Conservação Federais beneficiadas pelo Projeto apresentam uma estrutura de atuação na prevenção e no combate de incêndios florestais deficiente e estão entre as áreas protegidas federais que mais são atingidas por incêndios florestais no país. Este componente contribuirá para a sua estruturação e para o fortalecimento de suas ações por meio da melhoria do sistema de radiocomunicação, do apoio à elaboração e implementação de Programas de Proteção e do apoio à prática do manejo integrado e adaptativo do fogo.

As atividades a serem realizadas nesse Componente abrangem ações de planejamento, estruturação, capacitação e envolvimento social. Para o planejamento das ações relacionadas ao manejo integrado e adaptativo do fogo nas UCs está previsto o apoio à elaboração de Planos de Proteção e de estudos para subsidiar a tomada de decisão pelos gestores locais. A estruturação das UCs consistirá na aquisição de equipamentos, serviços de engenharia e obras que possibilitarão uma melhoria no deslocamento, na comunicação e na qualidade dos equipamentos utilizados em campo. A capacitação e o envolvimento social, por sua vez, permitirão uma maior integração entre os gestores das UCs, seus Conselhos e as comunidades para atuarem conjuntamente na diminuição de ocorrências de incêndios florestais.

Em resumo, estão previstas as seguintes atividades: elaboração de projetos para estruturação da malha viária do Parque Nacional das Chapadas das Mesas; implementação e capacitação de Brigadas Voluntárias em 3 UCs; elaboração de Plano de Proteção para 3 UCs; capacitação e educação ambiental nas comunidades de 3 UCs e seus entornos; e estruturação das 3 UCs para fortalecimento da Prevenção e do Combate a Incêndios Florestais.

Componente 4: Gestão Administrativa e Financeira do Projeto

Este componente tem o objetivo de viabilizar a execução eficiente e efetiva do Projeto. As atividades previstas serão executadas pela Funatura, designada como agência implementadora do Projeto, sob a coordenação da SMCQ/MMA.

A gestão do projeto visa garantir a implementação adequada e contínua das atividades mediante procedimentos de gestão administrativa, financeira e orçamentária em conformidade com as regras do Banco Mundial. As atividades deste Subcomponente incluem apoio à elaboração de documentos de planejamento e gestão do Projeto (Planos de Aquisição, Planos de Trabalho, Relatórios de Progresso), à preparação de Relatórios Financeiros e Contábeis, realização de procedimentos de execução financeira (licitações, aquisições e contratações), pagamentos de bens, serviços e produtos contratados, bem como realização de auditorias internas e externas.

5. ARRANJOS INSTITUCIONAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ), será responsável pela coordenação e supervisão das atividades do Projeto. A Fundação Pró-Natureza (Funatura) será responsável pela gestão administrativa e financeira do Projeto, operacionalizando as atividades descritas no Componente 4. A execução técnica dos demais componentes será de responsabilidade das seguintes áreas do MMA e do ICMBio:

- Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ/MMA), por meio do Departamento de Políticas para Combate ao Desmatamento (DPCD) e da Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) – responsável pela execução das atividades do Componente 1, relacionado à Coordenação do PPCerrado e da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, bem como à Gestão do Projeto;
- Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR/MMA), por meio do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) – responsável pela execução das atividades do Componente 2, relacionado à implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR); e
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio da Coordenação de Emergências Ambientais ligada à Coordenação-Geral de Proteção Ambiental da Diretoria de Criação e Manejo de Unidade de Conservação (COEM/CGPRO/DIMAN) – responsável pela execução das atividades do Componente 3, relacionado à prevenção e ao combate de incêndios florestais em Unidades de Conservação (UCs).

Considerando a necessidade de instrumento que permita ao MMA, ao ICMBio e à Funatura estabelecerem, em comum acordo, as atribuições relacionadas à execução do Projeto, será firmado um Acordo de Cooperação Técnica que compromete as partes, de forma coordenada, a implementar ações conjuntas para consecução do objetivo de desenvolvimento do Projeto e define as competências dos partícipes, um Plano de Trabalho para apoiar o processo de implementação e um Acordo de Doação (*Grant Agreement*) para administração dos recursos, a ser firmado entre o Banco Mundial e a Funatura.

6. CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICA

Esta caracterização foi elaborada a partir de dados secundários, especialmente do PPCerrado¹⁵, da Proposta Preliminar do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Cerrado¹⁶, do Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite (PMDBBS)¹⁷ e de sites oficiais do ICMBio¹⁸ e do MMA.

¹⁵ O PPCerrado está disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/201/arquivos/ppcerrado_201.pdf

¹⁶ Documento Interno do MMA, ainda não divulgado.

¹⁷ Informações do Projeto em: <http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/cerrado/>

6.1. Caracterização Socioambiental do Cerrado

O Cerrado é a maior região de savana tropical da América do Sul, incluindo grande parte do Brasil Central, parte do nordeste do Paraguai e leste da Bolívia, sendo o segundo bioma brasileiro em extensão.



Figura 3 - Localização do bioma Cerrado no Brasil.
Fonte: IBGE (2004)

O bioma Cerrado faz limite com outros quatro biomas brasileiros: ao norte, com a Amazônia, a nordeste com a Caatinga, a sudeste com a Mata Atlântica e a sudoeste com o Pantanal. Particularmente nessas áreas de contato entre os biomas, chamadas de ecótonos, a biodiversidade é extremamente alta, com elevado endemismo de espécies. Nenhum outro bioma sul-americano possui zonas de contatos biogeográficos tão distintos, conferindo-lhe um aspecto ecológico único, com alta biodiversidade.

Em função de sua extensão territorial, compreende um mosaico de vários tipos de vegetação, desde fisionomias campestres até florestais, como as matas secas e as matas de galeria. A diversidade de fitofisionomias é resultante da diversidade de solos, de topografia (altitudes variáveis de 200 até 1.600m) e de climas que ocorrem nessa região do Brasil Central. Segundo o Sistema Brasileiro de Classificação da Vegetação Brasileira (IBGE, 1992), o bioma é subdividido em quatro subgrupos de formação: Savana Florestada, Savana Arborizada, Savana Parque e Savana Gramíneo-lenhosa.

A alta diversidade de ambientes se reflete em uma elevada riqueza de espécies, com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas e cipós, totalizando 12.356 espécies que ocorrem espontaneamente e uma flora vascular nativa (pteridófitas e fanerógamas) somando

¹⁸ Informações sobre UCs em <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros.html>

11.627 espécies (MENDONÇA, et al., 2008), sendo aproximadamente 44% da flora endêmica.

Do mesmo modo, a diversidade da fauna é elevada. Existem cerca de 320.000 espécies de animais na região, sendo apenas 0,6% formada por vertebrados. Entre esses, os insetos têm posição de destaque com cerca de 90.000 espécies, representando 28% de toda a biota do Cerrado (AGUIAR, MACHADO, & MARINHO-FILHO, 2004). A diversidade de ambientes do Cerrado permite que espécies de características ecológicas bastante distintas existam em uma mesma localidade. Há espécies que só ocorrem em locais bem preservados e há grupos que vivem exclusivamente em formações florestais, tais como, o cerradão, a mata de galeria ou a mata seca (florestas estacionais).

A ocupação humana no Cerrado é antiga. As populações indígenas atuais, de algum modo, são herdeiras culturais dos primeiros habitantes, especialmente quanto aos usos medicinais e culinários da flora e fauna.

Foi a partir da colonização portuguesa, no século XVI, que a região passou por mudanças mais profundas na ocupação do território, com as entradas de bandeiras motivadas pela busca de pedras e metais preciosos, e a captura de índios para os trabalhos forçados nos engenhos e outras atividades. No século XVII, movidos pela exploração dos minérios, os bandeirantes começaram a criar as condições iniciais para o estabelecimento de vilas, comarcas etc.

Embora se ressalve que a dinâmica de ocupação não fora a mesma para todo o Cerrado, sem dúvida aquela ocorrida no Centro-Oeste tornou-se emblemática, pois representou a política de interiorização do País, levada a cabo especialmente em meados do século XX. Entre as décadas de 1930 e 1960, a região foi palco de políticas como a “Marcha para Oeste”, do governo Vargas, que teve a intenção de ampliar o mercado interno, incentivar a imigração, aumentar a produção agropecuária, entre outros fatores.

A modernização agrícola iniciou-se entre 1965-1979 e teve entre os fatores impulsionadores, além da implantação da infraestrutura, a instituição do crédito agrícola subsidiado e vinculado aos pacotes tecnológicos. Nesse sentido, surgiram o Sistema Nacional de Crédito Rural e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Houve também o desenvolvimento de indústrias fornecedoras de insumos agrícolas e processadoras de alimentos.

Até meados da década de 1980, a intervenção estatal foi grande e se expressou através da implantação, por exemplo, da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste), do Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro) e do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer). Esses visavam estimular a iniciativa privada a adquirir terras, ampliar a produção agrícola. O Cerrado passou a ser visto como “celeiro do mundo”.

Por meio dos projetos de colonização houve a migração de pessoas de outras partes do Brasil, em especial da região Sul. Mato Grosso, que foi um dos estados que mais se destacou nas políticas de colonização, registrou entre 1970 e 1980 a taxa de crescimento de aproximadamente 6,59 % ao ano, caindo para 5,4% ao ano, no período de 1980 a 1991.

A divisão territorial de Goiás, culminando com a criação do Estado de Tocantins na década de 80, favoreceu o aumento populacional na parte norte do bioma, com a construção de Palmas, inaugurada em 1990, em paralelo ao aumento do volume de recursos para a infraestrutura urbana. Nos estados do Piauí e Maranhão, a implantação

de programas especiais e do fomento aos investimentos privados por meio dos incentivos do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e o Fundo de Investimentos Setoriais (Fiset), estimulou a chegada de capital na região. Contudo, foi após os anos 90 e, notadamente já no século XXI, que a porção sul desses dois estados encontrou maior dinamismo no setor agrícola.

No bioma, existem populações tradicionais, como os povos indígenas e os quilombolas que contam, ambos, com um reconhecimento jurídico mais destacado. Outras, como os geraizeiros, as quebradeiras de coco babaçu, os ribeirinhos e vazanteiros também estão distribuídos em quase todos os estados do Cerrado. Muitas enfrentam dificuldades para sua sobrevivência por conta da degradação de seus territórios e, no caso das terras indígenas, que guardam expressivas áreas conservadas, sofrem constantemente pressões no entorno.

6.2. O Desmatamento no Cerrado

Apesar da elevada biodiversidade e de sua importância ecológica, o Cerrado é um dos biomas brasileiros mais ameaçados em função de sua conversão para usos alternativos do solo, o que implica a perda de cobertura vegetal nativa. A dinâmica de substituição, que inclui tanto o desmatamento quanto os incêndios florestais, ocasiona alteração da paisagem, fragmentação dos habitats, extinção de espécies, invasão de espécies exóticas, e pode levar à erosão dos solos, à poluição dos aquíferos, ao assoreamento dos rios e ao desequilíbrio no ciclo de carbono, entre outros prejuízos.

Nos anos 70, o crescimento econômico do País proporcionou maior renda per capita, expansão demográfica, ampliação da produção, aumento da disponibilidade de alimentos para o consumo interno e para as exportações. A abertura de novas áreas foi considerada uma importante medida para a expansão da agricultura e da pecuária. O processo de mecanização e a evolução das tecnologias agrícolas, notadamente as relativas à adubação, a irrigação do solo e a descoberta de variedades de culturas mais adaptadas à região, propiciaram condições para a agropecuária no Cerrado. Tanto a agricultura mecanizada para produção de grãos quanto a pecuária extensiva continuam sendo dois fatores determinantes do desenvolvimento da região.

Mais recentemente, observa-se o avanço da fronteira agropecuária nos estados ao norte do Bioma, como Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia. Nesses, é visível a intenção de ampliar o crescimento econômico ancorado na produção agropecuária.

Dentre as sub-regiões mais dinâmicas, destaca-se o oeste da Bahia. A sua produção agrícola vem aumentando, principalmente no caso da soja. Apesar da extensa área plantada nessa região baiana, ainda há expectativa de crescimento. A evolução da área plantada e da produtividade da soja demonstra que, atualmente, essa cultura apresenta maior produção por área (em sacas por hectare).

Além do oeste da Bahia, as novas frentes da agropecuária no Maranhão e no Piauí representam o dinamismo no Cerrado e, por isso mesmo, é importante que áreas críticas e sensíveis do ponto de vista ambiental sejam conservadas, tanto no que se refere à biodiversidade quanto aos recursos hídricos e territórios de populações tradicionais.

Tomando-se por base a área oficial do bioma Cerrado de 203 milhões de hectares e os dados oficiais sobre o desmatamento no bioma, evidencia-se que os remanescentes de vegetação do Cerrado passaram de 55,73% em 2002 para 51,54% em 2008. Em 2009, o percentual reduziu para 51,1% e, em 2010, por sua vez, esse percentual de

remanescentes foi de 50,9%. Em números absolutos, a cobertura vegetal original e secundária foi reduzida entre 2002 e 2008, de 1.136.521 km² para 1.051.182 km². Em 2009 reduziu para 1.043.346 km². Entre 2002 e 2008, o Cerrado teve sua cobertura vegetal suprimida em 85.074 km². Já no período 2008/2009 a taxa foi de 7.637 km² e no período 2009/2010 a taxa foi de 6.469 km². Assim, o total desmatado até 2010 representa 48,5% da área original do bioma. Dados mais recentes sobre o desmatamento no Cerrado estão sendo produzidos pelo MMA, por meio do Ibama, em parceria com o MCTI, por meio do Inpe.

6.3. Os Incêndios Florestais no Cerrado

Além das pressões causadas pelo avanço do agronegócio, o Cerrado enfrenta problemas com relação aos incêndios florestais, pois a prática do uso do fogo ainda é bastante utilizada, sendo considerado um método barato para preparar a terra para o plantio de culturas, para a renovação de pastagens e para a abertura de novas áreas, para a rápida supressão da vegetação. Do ponto de vista cultural, permanece a percepção de que o uso do fogo, além de promover a rápida limpeza da área, incorpora as cinzas ricas em nutrientes que fertilizam o solo e, no curto prazo, aumentam sua produtividade.

O uso do fogo, portanto é disseminado como instrumento de manejo agropecuário no meio rural para renovação de pastagens, abertura de novas áreas e mesmo o controle de pragas. Mais comum, entretanto, é o uso indevido do fogo, quer como resultado de descuido no seu manuseio quer como ato intencional, afetando áreas produtivas e de conservação.

Os incêndios florestais podem ser de origem natural ou antrópica. Esses últimos, que representam a maioria dos eventos, ocorrem com maior frequência durante a estação seca, sobretudo no final dessa. Os de origem natural, que acontecem há milhões de anos no Cerrado, são pouco frequentes, afetando extensões menores e é parte integrante dos processos ecológicos.

Os incêndios florestais de grandes proporções causam prejuízos ambientais, causando poluição do ar, emissão de gases de efeito estufa e mineralização da matéria orgânica do solo, tornando-o mais pobre em nutrientes e mais suscetível à erosão. Ademais, a ocorrência de fogo em regimes intensos e frequentes causa danos à fauna e à flora, como redução da camada lenhosa das espécies nativas e redução da biodiversidade. Esses efeitos são particularmente graves em unidades de conservação, frequentemente atingidas por incêndios provenientes das propriedades circunvizinhas.

O Inpe vem desenvolvendo e aprimorando, desde 1998, o sistema de monitoramento de queimadas e incêndios por satélite em tempo quase real, que realiza o monitoramento operacional de focos de queimadas e de incêndios florestais detectados por satélites, bem como o cálculo e a previsão do risco de fogo da vegetação. Os produtos do sistema são utilizados rotineiramente pelo PrevFogo/Ibama e pelo ICMBio, entre outros milhares de usuários, para orientar o combate, a prevenção e a gestão do fogo na vegetação. Cabe destacar que o sistema de queimadas detecta a ocorrência de fogo e indica áreas com risco de fogo, com base em focos de calor identificados em imagens de satélite. O cálculo automatizado da área queimada está em processo de validação e, em breve, será disponibilizado no sistema.

O princípio físico da detecção dos focos de calor se baseia no fato de os materiais em combustão na superfície terrestre emitirem energia na faixa do infravermelho termal médio (de 3.7 a 4.1 µm) do espectro eletromagnético. Utilizando-se imagens com essas

características, torna-se possível a seleção de pixels com alta temperatura, que apresentam alta probabilidade de estarem em processo de combustão. A principal vantagem do sistema é a resolução temporal em que os dados são disponibilizados (8 vezes ao dia). Em termos práticos, o sistema identifica incêndios e queimadas somente em frentes de fogo com mais de 30 metros de extensão por 1 metro de largura no caso dos satélites de órbita polar. Para satélites geoestacionários, no entanto, uma frente de fogo precisa ter pelo menos o dobro dessas dimensões. Incêndios menores não são identificados pelo sistema.

O risco de incêndio, ou risco de fogo (RF), por sua vez, é calculado essencialmente pelo histórico da precipitação dos últimos 120 dias. O histórico da precipitação é obtido a partir das estimativas geradas pela Divisão de Satélites e Sistemas Ambientais do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Inpe (DSA/CPTEC/Inpe), as quais combinam dados observacionais das estações de superfície com as medidas em micro-ondas dos satélites. Além disso, os dados da temperatura máxima do ar e da umidade relativa do ar mínima, bem como o tipo de vegetação e a ocorrência de focos são também considerados para geração do RF.

A frequência de focos de calor no bioma oscilou acentuadamente ao longo da última década analisada (2003/2012), com base no satélite de referência¹⁹. Nenhuma tendência de aumento ou redução ficou evidenciada. Contudo, houve períodos em que frequências mais elevadas de focos de calor foram registradas (2003-2005), bem como àqueles períodos em que a quantidade de focos de calor foi reduzida de forma expressiva (2008-2009). Picos isolados foram observados em 2007, 2010 e 2012 o que são elementos importantes da variação temporal dos focos. A maior frequência de focos de calor ocorreu em 2004, quando os focos anuais superaram a marca de 140.000. O menor registro ocorreu em 2009, onde a frequência anual foi da ordem de 30.000. Entretanto, após dois anos consecutivos com baixa frequência de focos (2008 e 2009), incêndios de grandes proporções ocorreram no Cerrado em 2010, superando a marca de 100.000 focos, devido ao acúmulo de material combustível e baixos índices pluviométricos.

A Figura 5 apresenta a variação espacial e sazonal da densidade mensal média de focos de calor no bioma Cerrado. Pode-se observar que a incidência de incêndios no Cerrado é altamente sazonal, apresentando comportamento inverso a pluviometria ao longo do ano. Durante os meses chuvosos (novembro a março) as densidades de focos de calor são inferiores, permanecendo baixas no mês de abril que representa o período de transição entre as estações chuvosa e seca. É portanto, no período mais seco (julho a novembro) que o Ibama e o ICMBio contratam brigadas para atuação direta no combate aos incêndios florestais.

¹⁹ Satélite de referência é o satélite cujos dados diários de focos detectados são usados para compor a série temporal ao longo dos anos e assim permitir a análise de tendências nos números de focos para mesmas regiões em períodos de interesse.

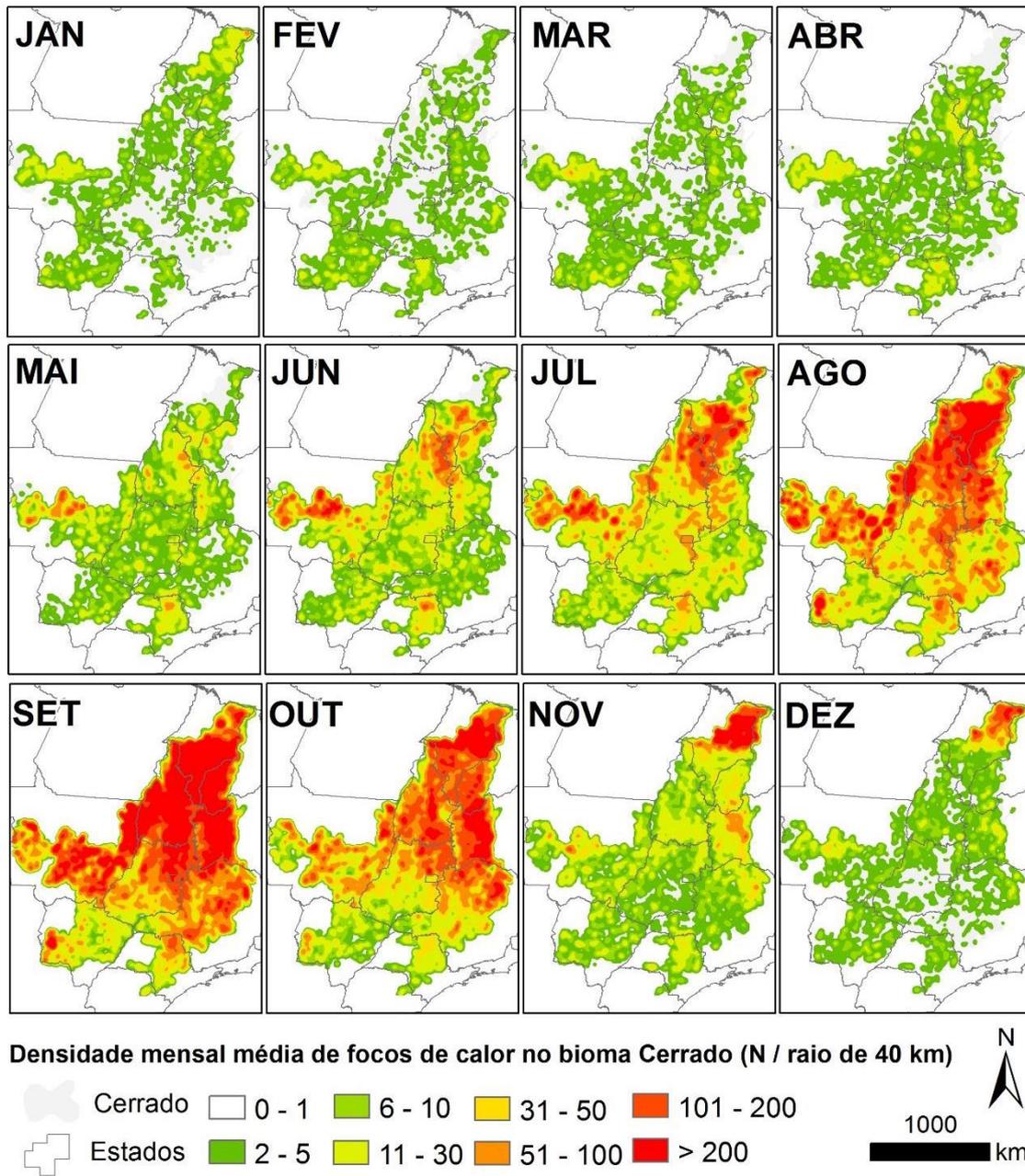


Figura 4 - Variação espacial e sazonal da densidade de focos de calor no bioma Cerrado.
 Fonte: Inpe (2013).

A distribuição da incidência de focos de calor por Estados do bioma Cerrado, apresentada na Figura 6, é relativamente homogênea. Os Estados com maior incidência de focos de calor, no período de 2003 a 2012, são o Maranhão, o Mato Grosso, Tocantins, a Bahia e o Piauí.

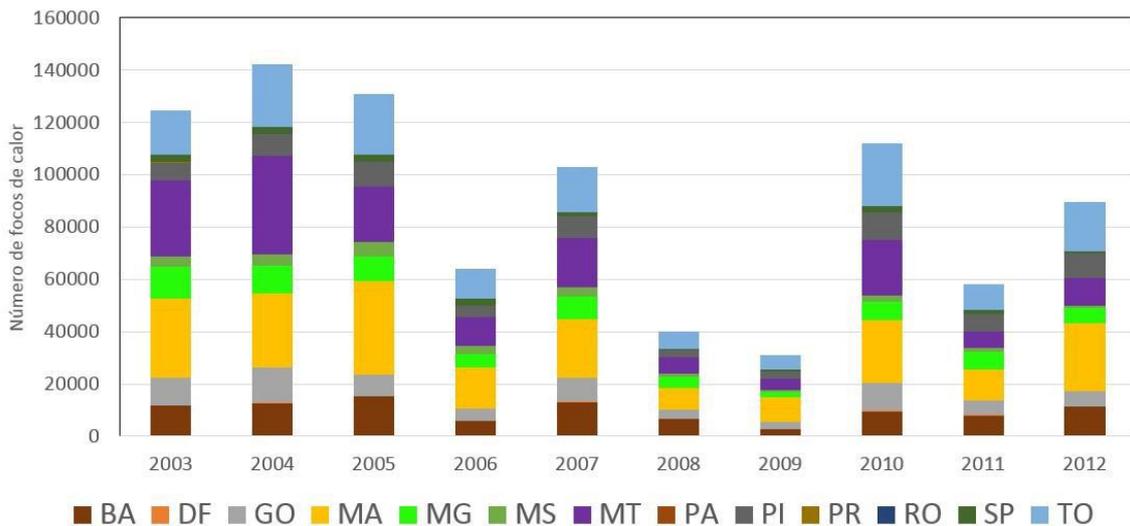


Figura 5 - Incidência de focos de calor por Estados do bioma Cerrado entre 2003 e 2012.
 Fonte: Inpe (2013).

6.4. Caracterização Socioambiental das UCs

As unidades de conservação desempenham importante papel na redução da taxa do desmatamento, pois impedem ou dificultam o avanço da supressão e criam um ambiente favorável à conservação da biodiversidade. No entorno das unidades, instalam-se processos de relacionamento com a comunidade, notadamente no caso da educação ambiental sobre a importância da fauna e da flora.

As UCs de atuação do ProCerrado Federal estão entre as que mais são atingidas por incêndios florestais no Brasil e no bioma. O Parque Nacional Serra da Canastra teve 41,92% (82.930 ha) de sua área atingida por incêndios em 2010; 14,36% (28.404 ha) em 2011; e 44,67% (86.144 ha) em 2012. O Parque Nacional Chapada das Mesas teve 30,60% (48.944 ha) de sua área atingida em 2010; 16,01% (25.594 ha) em 2011; e 10,60% (16.956 ha) em 2012. O Refúgio da Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano teve 48,96% (62.697 ha) de sua área atingida em 2011 (os dados de 2010 e 2012 estão sendo validados). A área atingida por incêndios florestais é calculada pelo ICMBio diariamente por meio do mapeamento de cicatrizes de queimadas em imagens de satélite.

A Figura 7 evidencia de forma comparada, nas três UCs, o número de focos de calor nos anos de 2010 a 2013.

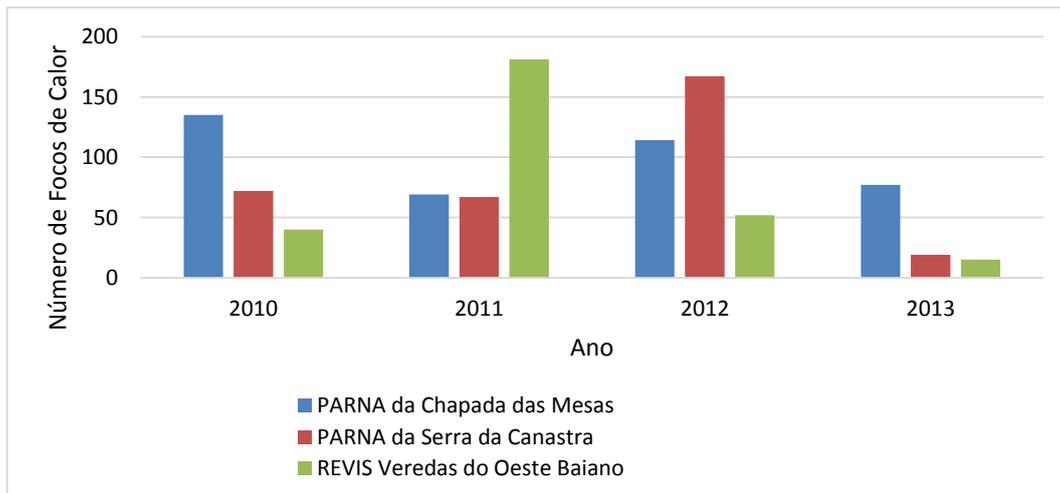


Figura 6 - Número de focos de queimadas nas três Unidades de Conservação de atuação do ProCerrado Federal entre os anos de 2010 e 2013.

Fonte: Inpe (2013).

Parque Nacional da Serra da Canastra

Os Parques Nacionais (PARNAs) têm como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

O Parque Nacional Serra da Canastra (PNSC) compreende uma área de pouco menos de 200 mil hectares, foi criado em 3 de abril de 1972, por meio do Decreto nº 70.355, e está situado na região sudoeste do Estado de Minas Gerais, abrangendo os municípios de São Roque de Minas, Sacramento, Delfinópolis, São João Batista do Glória, Capitólio e Vargem Bonita.

O relevo da região do parque pode ser compartimentado em cinco unidades, cada qual apresentando características topográficas, morfológicas e pedológicas distintas e sujeitas às mesmas condicionantes climáticas: compartimento das chapadas; compartimento das depressões intermontanhas; compartimento dos morros alongados elevados; compartimento dos morros alongados e colinas com vertentes convexas; e compartimento das colinas amplas, suavemente onduladas.

A tipologia litológica da região constitui-se em um dos mais importantes atributos para a avaliação do comportamento dos fluxos de água. As condições geológicas locais respondem pela estruturação das formas de relevo, pelo padrão da rede de drenagem, pela qualidade natural das águas e pela dinâmica de fluxos subterrâneos, além de serem o fator regulador preponderante das potencialidades aquíferas em determinada bacia.

O sistema hidrogeológico regional é constituído por zonas de recarga e de descarga de águas, formando uma densa rede de drenagem com inúmeros tributários e centenas de nascentes que alimentam os diversos cursos de água. Para a região, foram distinguidas seis bacias hidrográficas mais importantes: rio Grande e ribeirão Santo Antônio, ao sul; e ribeirão Grande, rio São Francisco, rio Araguaçu e rio Santo Antônio, ao norte.

O parque possui cerca de 48 espécies endêmicas de fauna e flora e protege espécies ameaçadas, tais como: o galito (*Alectrurus tricolor*), o papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*), o gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), o tico-tico-do-mato (*Coryphaspiza melanotis*), o gato-maracajá

(*Leopardus pardalis mitis*), o gato-palheiro (*Leopardus colocolo*), o pato mergulhão (*Mergus octosetaceus*), o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), a codornaburaqueira (*Nothura minor*), a perereca-de-folhagem-com-perna-reticulada (*Phyllomedusa ayeaye*), o tatu-canastra (*Priodontes maximus*), a onça-parda (*Puma concolor capricornensis*) e o inhambu-carapé (*Taoniscus nanus*).

Além disso, o parque abriga diversas fitofisionomias do bioma Cerrado, com predominância de campo limpo, campo sujo e campo rupestre. Também podem ser encontrados o cerrado *sensu stricto*, cerrado rupestre, matas ciliares, capões de mata, matas de encosta, floresta mesófila e floresta alagada.

Em razão dos usos anteriores à criação do PNSC e, principalmente, ao uso do fogo para manejo de pastagens, todas as formações florestais existentes na região já sofreram, em graus diferentes, algum tipo de alteração. Algumas árvores remanescentes de condições primárias podem ser encontradas, mas em seu conjunto, a cobertura florestal encontra-se em estágio secundário.

A maior parte dos núcleos de povoamento que hoje compõe a rede urbana em torno da Serra da Canastra, embora tenha origem no período setecentista, consolidou-se no século XIX. Essa rede surgiu de uma origem comum, assentada na aniquilação ou expulsão dos índios e quilombolas e na penetração gradativa dos colonos brancos e mestiços, que, devido à crise da mineração nos grandes centros auríferos, buscaram novas terras e atividades econômicas. Inicialmente, empreendiam atividades de garimpo e pequenas faisqueiras e, após esgotados os recursos auríferos, dedicaram-se à agricultura e especialmente à criação de gado.

Na criação do PNSC, a desapropriação de terras e a não aceitação dos limites dessa Unidade de Conservação por parte da comunidade local foram motivos de conflito com o órgão gestor do PNSC. Atualmente, do total da área decretada, 71.525 ha estão com a situação fundiária regularizada, enquanto os outros 130.000 ha são constituídos por propriedades/posses ainda não regularizadas.

O uso e a ocupação da terra nas áreas de propriedades/posses presentes no interior da UC se dividem da seguinte forma: 56% com pastagens, 22% com agricultura e 22% com matas/reservas/áreas não utilizadas/áreas não aproveitáveis. As atividades desenvolvidas nessas propriedades/posses são: criação de gado leiteiro (65% das propriedades/posses); plantio de culturas temporárias (18%); pecuária mista (12%); e turismo (5%). Em quase todos os imóveis é observado o desenvolvimento de atividades secundárias, assim distribuídas: 44% com culturas temporárias, destacando-se o milho e a cana-de-açúcar, principalmente para o trato animal; 25% com a fabricação de queijo; 13% com culturas permanentes; outros 13% com a criação de gado leiteiro; e 6% com a criação de gado de corte.

As características ambientais e socioeconômicas fazem com que o PARNA da Canastra seja reconhecido como uma das Unidades de Conservação Federais de Proteção Integral muito atingida por incêndios. Nos últimos anos a UC foi afetada tanto por incêndios naturais (causados por raios), que geralmente são mais fáceis de serem controlados uma vez que ocorrem com vegetação verde e úmida, e por incêndios criminosos e acidentais que ocorrem nos períodos mais secos e tomam grandes proporções rapidamente.

Parque Nacional Chapada das Mesas

Da mesma forma que o PARNA Serra da Canastra, o Parque Nacional Chapada das Mesas (PNCM) tem como objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

O PNCM compreende uma área de pouco menos de 160 mil hectares, tendo sido criado por meio do decreto s/ nº de 12 de dezembro de 2005. É uma área de Cerrado intocada, porém ameaçada pela recente expansão da fronteira agrícola e siderúrgica no estado do Maranhão. O Parque está situado nos Municípios de Carolina, Riachão e Estreito no sul do Maranhão.

Além disso, o parque encontra-se numa região com potencial turístico reconhecido. Além das inúmeras chapadas tabulares de arenito (algumas com inscrições rupestres), a região da Chapada das Mesas é famosa pelas inúmeras cachoeiras de águas límpidas e de temperatura agradável, atrativos turísticos da região, como a Cachoeira da Pedra Caída, Encanto Azul, Cachoeira de Santa Bárbara, Portal da Chapada, Cachoeira de São Romão e Cachoeira da Prata.

A maior parte da área do parque é composta por um trecho de relevo de chapada, com altitude basal de 250m, caracterizada pela presença de morros de arenito elevados, cujas formas foram esculpidas pela ação dos ventos e chuvas ao longo do tempo. As altitudes variam de 250m nos vales e chapadas até 524m, no morro testemunho denominado Serra da Malícia. Os topos dos morros são relativamente planos, apresentando o formato de mesetas, de onde surgiu a denominação "Chapada das Mesas".

A região é dotada de uma rica rede hidrográfica, sendo que o parque protege cerca de 400 nascentes e inúmeros cursos d'água de diversos rios, tais como, o rio Farinha (com suas inúmeras quedas d'água), Itapecuru, Urupuchete, Corrente e Lajinha. Vale destacar que a bacia hidrográfica do rio Farinha é uma das principais contribuintes do rio Tocantins.

O parque é composto por vegetação típica do bioma Cerrado, caracterizado por distribuição de diversas fitofisionomias de aspectos savânicos e florestais, tais como, campo sujo, campo limpo e áreas de cerradão, veredas com a presença de buritizais. Também podem ser encontradas espécies da Caatinga e da Amazônia. Nas áreas de solo arenoso, predominantes no PARNA, ocorrem fisionomias de cerrado *sensu stricto* e campo sujo. Ao longo dos cursos d'água existem matas de galerias bem conservadas. Em locais com solo mais rico, principalmente em topo de serra, há manchas de matas semidecíduais. Pode-se encontrar várias espécies com valor comercial, alvos de desmatamento ilegal, como: cedro, aroeira, ipê, jatobá, dentre outros.

Além da vegetação, o parque protege espécies ameaçadas da fauna como o gato-domato (*Leopardus tigrinus*); o mutum-de-penacho (*Crax fasciolata pinima*); o gato-maracajá (*Leopardus pardalis mitis*); o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*); a onça-parda (*Puma concolor greeni*); e a águia-cinzenta (*Harpyhaliaetus coronatus*).

A situação fundiária do Parque Nacional da Chapada das Mesas ainda é irregular, sendo que o levantamento da população do interior e do entorno do parque foi concluído, tendo sido realizado pela própria equipe da UC.

Através desse levantamento e de análises de imagem de satélite, onde pôde-se identificar roças abertas e casas, tem-se o número de 132 famílias residentes no interior

do parque. Além de proprietários e posseiros, há também os agregados, famílias que moram de favor na área de outra pessoa, onde plantam suas roças sem se preocupar em realizar a regularização fundiária dessas terras. Grande parte da população do interior, assim como da zona de amortecimento, são agricultores tradicionais, que utilizam o fogo com a finalidade de limpeza de área para plantio de culturas de subsistência e renovação de pastagem. Além disso, há também grandes pecuaristas, com pastos formados, que, devido aos menores custos, fazem uso do fogo para renovação das pastagens

É a situação fundiária irregular a principal causa de conflitos. A presença de moradores dentro de uma Unidade de Proteção Integral é uma situação irregular que gera degradação ambiental por meio de atividades como agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca, dentre outros. Além dos impactos causados pelas comunidades locais, moradores do entorno são usuários sazonais dos pastos naturais da UC.

Embora haja conflitos fundiários e práticas irregulares passíveis de autuação, a equipe gestora do PARNA mantém uma boa relação com a comunidade local e do entorno, que enxerga o parque como uma grande oportunidade para a diminuição da ocorrência de incêndios florestais na região. Nessa UC, a comunidade trabalha como parceira dos gestores do ICMBio e as atividades de conservação conseguem fluir, apesar das dificuldades enfrentadas pela falta de estrutura da UC.

Refúgio da Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano

Os Refúgios da Vida Silvestre têm como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

O Refúgio da Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano (RVSVOB) compreende uma área de pouco mais de 128 mil hectares, foi criado por meio do Decreto s/ nº de 13 de dezembro de 2002 e está situado no Estado da Bahia, nos Municípios de Jaborandi e Cocos.

O RVSVOB protege espécies da fauna como o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*); a jaguatirica (*Leopardus pardalis mitis*); o gato-maracajá (*Leopardus wiedii*); a onça-parda (*Puma concolor greeni*); o tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus*); e o pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*).

Além da proteção de espécies de fauna e flora, o RVSVOB tem sua contribuição ecológica e social por meio da proteção das nascentes dos rios Pratudinho e Pratudão. Esses rios são fundamentais para o abastecimento de comunidades e propriedades rurais da região.

Embora esteja entre as UCs com maior incidência de incêndios florestais do bioma, segundo informações do ICMBio, os proprietários do seu entorno pouco utilizam o fogo em suas áreas. A ocorrência de fogo no interior da UC tem relação com práticas de caça irregular a animais silvestres realizadas por pessoas não residentes no entorno ou na UC.

Cabe destacar que dentre as UCs alvo do projeto, o Refúgio da Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano, é a que menos apresenta informações em virtude da falta de estrutura desta Unidade de Conservação.

7. POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS E SOCIAIS ADOTADAS PELO BIRD

Das políticas de salvaguardas ambientais e sociais definidas pelo Bird, as mencionadas a seguir apresentam potencial correlação com o ProCerrado Federal.

OP 4.01 – Avaliação Ambiental

O Bird exige a Avaliação Ambiental (AA) dos projetos propostos para financiamento por seus Fundos Fiduciários de modo a assegurar que as propostas sejam ambientalmente sólidas e sustentáveis, o que leva a uma melhoria do processo de decisão.

A AA caracteriza-se como um processo cuja dimensão, profundidade e tipo de análise depende da natureza, da escala e do impacto ambiental potencial do projeto proposto. Além disso, a AA avalia potenciais riscos ambientais do projeto na sua área de influência; examina alternativas ao projeto; identifica maneiras de melhorar a seleção, localização, planejamento, concepção e execução do projeto, através de medidas destinadas a evitar, minimizar, mitigar ou compensar os efeitos ambientais adversos, e a realçar os impactos positivos, além de incluir o processo de mitigar e gerir os impactos ambientais adversos ao longo de toda a execução do projeto. Sempre que possível, o Bird prefere a adoção de medidas preventivas às medidas mitigadoras ou compensatórias.

A AA na Política Ambiental do Bird aborda as questões naturais e sociais de forma integrada. São considerados os seguintes aspectos:

- O ambiente natural (ar, água e solo);
- A saúde e segurança humana;
- Os aspectos sociais envolvidos pelo projeto (reassentamento involuntário, povos indígenas e propriedade cultural);
- Os aspectos transfronteiriços e do meio ambiente global;
- O conjunto de políticas, legislação nacional e capacidade institucional relacionados aos aspectos ambientais e sociais;
- As obrigações do país relativas às atividades do projeto, no âmbito de tratados e acordos internacionais relevantes ao meio ambiente.

Os instrumentos de AA são os seguintes:

- Estudo de Impacto Ambiental – EIA;
- AA regional ou setorial;
- Auditoria ambiental, na avaliação de perigo ou risco; e
- Plano de Gestão Ambiental (PGA).

Esses instrumentos são utilizados de acordo com o grau de impacto ambiental do projeto, avaliado por uma análise ambiental preliminar, que determina o grau e tipifica os impactos resultantes do projeto nas seguintes categorias:

- Categoria A: impactos ambientais adversos significativos e de caráter sensível, diverso e sem precedentes;
- Categoria B: impactos adversos (menos significativos que a Categoria A), sobre as populações humanas ou áreas ecologicamente importantes (ecossistemas aquáticos, florestas, pastos e outros habitats naturais), de medidas mitigadoras mais rápidas; e,

- Categoria C: possibilidade mínima ou não existente de impactos ambientais adversos.

A Política Ambiental do Bird considera, ainda, a capacidade institucional, jurídica ou técnica do mutuário de Análise da AA e monitoramento e gestão das medidas mitigadoras.

Considera, ainda, a importância de consultas públicas e a ampla divulgação sobre aspectos ambientais resultantes da implementação do projeto, ouvindo as solicitações e demandas, com plena participação da sociedade envolvida em todas as etapas do projeto.

OP 4.36 – Florestas

O manejo, a conservação e o desenvolvimento sustentável dos ecossistemas florestais e de seus recursos associados são essenciais para a redução da pobreza e o desenvolvimento de forma duradoura, quer estejam situados em países que dispõem de florestas abundantes ou em outros com recursos florestais naturais limitados ou esgotados. O objetivo desta política é oferecer assistência aos mutuários com o objetivo de utilizar o potencial das florestas na redução da pobreza de forma sustentável, integrar as florestas ao desenvolvimento econômico sustentável de maneira efetiva, bem como proteger os valores e serviços ambientais vitais das florestas no âmbito local e global.

OP 4.04 – Habitats Naturais

De importante valor biológico, social, econômico e existencial, os habitats naturais abrangem as porções de terra e água onde se formam comunidades biológicas endêmicas constituídas por espécies de plantas e animais nativos, nas quais a atividade humana não alterou, essencialmente, as funções ecológicas primárias da área.

Os habitats naturais essenciais são as áreas oficialmente protegidas e propostas pelos governos, de acordo com a classificação da União Internacional de Conservação da Natureza – UICN.

A Política do Bird estabelece as medidas apropriadas de conservação e mitigação, no sentido de remover ou reduzir o impacto adverso sobre os habitats naturais e suas funções. Orienta sobre os limites socialmente definidos de mudança ambiental aceitável, considerando os seguintes aspectos:

- Proteção plena do sítio, por meio da reformulação do projeto;
- Retenção estratégica do habitat;
- Conversão ou modificação restrita;
- Reintrodução de espécies;
- Medidas de mitigação para minimizar o dano ecológico;
- Obras de restauração pós-construção;
- Restauração de habitats degradados; e
- Estabelecimento e manutenção de área ecologicamente semelhante em tamanho e contiguidade adequados.

Tais medidas incluem a supervisão e avaliação, com a coleta de dados que informem sobre os resultados da conservação e constituam orientação para o desenvolvimento de novas medidas corretivas apropriadas.

OP 4.09 – Controle de Pragas e Parasitas

No controle de pragas e parasitas que afetam tanto a agricultura quanto a saúde pública, o Banco apoia uma estratégia que promove o uso de métodos de controle biológicos ou ambientais e reduz a dependência de pesticidas químicos sintéticos. Impõe-se ao mutuário o controle de pragas e parasitas no contexto da avaliação de impacto ambiental do projeto.

OP 4.10 – Povos Indígenas

A importância desta temática impõe a construção de base de dados que identifique as seguintes informações:

- As características demográficas, sociais, culturais e políticas das comunidades indígenas afetadas pelo projeto;
- As terras e territórios de tradicional propriedade desses Povos, seu uso e ocupação;
- Os recursos naturais dos quais dependem para sua manutenção e sobrevivência;
- Análise e identificação das partes interessadas e influenciadas pelo projeto (*stakeholders*) e elaboração de processo de consulta livre, prévia e informada aos Povos Indígenas afetados, considerando os aspectos inerentes às culturas envolvidas, em todas as etapas de preparação e implementação do projeto;
- Análise da vulnerabilidade das culturas indígenas aos potenciais impactos positivos ou negativos do projeto, considerando os riscos a que estão expostos, tendo em vista a intrínseca ligação com a terra e seus recursos naturais e assimetria no acesso a oportunidades quando comparados a outros grupos sociais que compõem a comunidade, região, e as demais sociedades nacionais.

Deve-se considerar a necessidade de medidas que minimizem, atenuem ou compensem os impactos, de modo a assegurar a participação adequada das populações indígenas nos benefícios resultantes do projeto.

A construção da base de dados do projeto deverá assentar-se na estrutura jurídico-institucional nacional aplicável aos Povos Indígenas.

OP 4.12 – Reassentamento Involuntário

A Política do Banco tem por objetivo orientar e atenuar os graves riscos econômicos, sociais e ambientais representados por ações que levem ao reassentamento involuntário de comunidades e populações ou à restrição no acesso a recursos naturais de que dependam seus modos de subsistência em decorrência da criação de unidades de conservação.

OP 4.11 – Recursos Culturais Físicos

Os recursos culturais físicos englobam objetos, sítios, estruturas, grupos de estruturas, além dos aspectos e paisagens naturais, móveis ou imóveis, de importância arqueológica, paleontológica, histórica, arquitetônica, religiosa, estética ou outro significado histórico, encontrados em ambientes urbanos ou rurais, no solo, subsolo ou imersos em corpos d'água. O interesse cultural pode ser de âmbito local, provincial, nacional ou da comunidade internacional.

A Política do Bird objetiva evitar ou atenuar os impactos adversos sobre os recursos culturais físicos no âmbito do projeto, considerando a legislação nacional incidente e as obrigações em tratados e acordos ambientais internacionais relevantes.

8. ANÁLISE COMPARATIVA DE PROCEDIMENTOS AMBIENTAIS NACIONAIS E POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS AMBIENTAIS DO BANCO

De acordo com as políticas de salvaguardas do Bird, o presente Projeto enquadra-se na Categoria B – impactos adversos (menos significativos que a Categoria A), sobre as populações humanas ou áreas ecologicamente importantes (ecossistemas aquáticos, florestas, pastos e outros habitats naturais), de medidas mitigadoras mais rápidas.

De acordo com as atividades a serem desenvolvidas pelo ProCerrado Federal, identificou-se que algumas salvaguardas do Banco serão acionadas, identificadas na tabela abaixo.

Tabela 7 - Salvaguardas acionadas pelo Projeto.

Salvaguardas acionadas pelo Projeto	SIM	NÃO
Avaliação Ambiental (OP/BP 4.01)	X	
Habitats Naturais (OP/BP 4.04)	X	
Florestas (OP 4.36)	X	
Manejo de Pragas (OP 4.09)		X
Povos Indígenas (OP/ BP 4.10)		X
Recursos Físicos culturais (OP/BP 4.11)		X
Reassentamento Involuntário (OP/BP 4.12)		X

Avaliação Ambiental (OP/BP/GP 4.01): este projeto possui essencialmente impactos positivos, os impactos negativos de âmbito social e/ou ambiental são mínimos e transitórios.

O ProCerrado Federal deverá ter impacto positivo sobre o meio ambiente já que se destina a promover a regularização ambiental por meio do cadastro ambiental dos imóveis rurais e melhoria na gestão das Unidades de Conservação no combate a incêndios florestais. A natureza e a escala dos investimentos propostos na regularização ambiental não terão impactos adversos.

Habitats Naturais (OP/BP 4.04): Atividades propostas no ProCerrado Federal deverão resultar em impactos positivos sobre os habitats naturais, tais como a sua conservação e recuperação. Os procedimentos do CAR cumprirão a Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei 12.651/2012), a legislação brasileira sobre as áreas protegidas, e a legislação federal, estadual e local sobre os habitats naturais. Quanto às ações de melhoria na prevenção e combate aos incêndios florestais em UCs, seus impactos são, da mesma forma, positivos, uma vez que o Projeto contribuirá para a redução de perda dos remanescentes de vegetação nativa nessas UCs.

O manejo integrado e adaptativo do fogo em Unidades de Conservação, previsto no Componente 3, será implementado pelo ICMBio, autarquia federal legalmente responsável por executar ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Nesse componente estão previstas práticas de prevenção e combate a incêndios florestais na UCs selecionadas, incluindo atividades de capacitação e sensibilização ambiental.

As Unidades de Conservação do ProCerrado Federal fazem parte do grupo de unidades de proteção integral que, como definido pela Lei nº 9.985/2000, têm como objetivo

básico preservar a natureza, sendo admitido, o quanto possível, apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. As atividades do Projeto buscam ainda, de forma direta e indireta, a proteção das florestas e outras fitofisionomias do bioma Cerrado.

Além disso, com a implementação do CAR, que tem como um de seus objetivos combater o desmatamento, será possível orientar o setor público e o setor privado para que planejem e ordenem a paisagem de forma a permitir a criação de corredores ecológicos e de conectores de paisagem, a recuperação florestal de áreas em torno das unidades de conservação e dos mosaicos de unidades de conservação e a conservação ambiental de grandes áreas de vegetação nativa ricas em biodiversidade.

Florestas (OP 4.36): O ProCerrado Federal irá contribuir para a conservação ambiental das florestas e outras formações vegetacionais do bioma Cerrado. A expectativa é de ter um impacto positivo por evitar o desmatamento e promover a manutenção ou recuperação da vegetação natural das APPs e RLs dos imóveis rurais privadas. O Projeto não promoverá atividades de plantio e comercialização florestal.

Reassentamento Involuntário (OP/BP 4.12): A Política do Banco tem por objetivo orientar e atenuar os graves riscos econômicos, sociais e ambientais representados pelos seguintes fatores: desagregação dos sistemas de produção; empobrecimento pela perda de patrimônio ou fontes de renda; realocação em locais menos favorecidos em capacidade de produção; pressão na competição por acesso a recursos; enfraquecimento das redes sociais e instituições comunitárias; dispersão de grupos familiares; e diminuição de identidade cultural, exercício da autoridade tradicional e o potencial de ajuda mútua.

Em relação às Unidades de Conservação, apesar de apresentarem problemas de regularização fundiária, este Projeto não visa solucionar esse problema e não implicará na restrição de acesso a recursos naturais.

Assim, a salvaguarda Reassentamento Involuntário não é acionada pelo ProCerrado Federal, uma vez que os riscos não estão relacionados aos dois fatos deflagradores da mesma, quais sejam: (a) o deslocamento físico ou econômico decorrente de aquisição de terras pelo exercício eminente domínio do estado; e (b) a restrição de acesso a recursos naturais em decorrência da criação de Unidades de Conservação.

Povos Indígenas (OP/ BP 4.10): Não haverá nenhuma atividade de campo do Projeto a ser realizada em terras indígenas, nem com impacto direto aos povos indígenas. As atividades do Projeto relacionadas ao apoio à formulação e à implementação da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais não resultarão em impacto negativo para os povos indígenas, tendo em vista que estão planejados apenas eventos, reuniões, estudos e materiais de divulgação para o processo de articulação institucional necessário ao alinhamento técnico e político para a regulamentação do Artigo 40 da Lei nº 12.651/2012. Esse artigo estabelece que o objetivo da Política é promover a articulação institucional com vistas à substituição do uso do fogo no meio rural, ao controle de queimadas, à prevenção e ao combate aos incêndios florestais e ao manejo do fogo em áreas naturais protegidas. Poderá ocorrer impacto positivo das ações do Projeto sobre os povos indígenas na medida em que a divulgação do uso racional e do manejo do fogo reduzam os incêndios florestais indesejados que se originam fora da terra indígena e que acabam danificando essas áreas tradicionais. Sabe-se que o uso do fogo de forma indiscriminada no entorno de unidades

de conservação e terras indígenas é uma realidade no Cerrado, causando danos à biodiversidade e aos povos tradicionais. Em relação ao uso do fogo por populações indígenas e tradicionais, a Política Nacional não o proibirá, pois a própria Lei nº 12.651/2012 reconhece essa prática como tradicional, conforme Art. 38, §2º, que excetua a proibição do uso do fogo para (...) *as práticas de prevenção e combate aos incêndios e as de agricultura de subsistência exercidas pelas populações tradicionais e indígenas*. A Política Nacional deverá ainda ser construída respeitando-se as competências federativas e institucionais, conforme a Constituição Federal de 1988 e, recentemente, a Lei Complementar nº 140/2011. O seu intuito é organizar as ações e implementar um arranjo de governança que aprimore a atuação que a União já tem em relação à questão dos incêndios florestais, queimadas e outros temas relacionados ao uso do fogo. A competência para atuar em terras indígenas é da União, especificamente da Fundação Nacional do Índio (Funai). Contudo, como os incêndios florestais indesejados são um dos problemas enfrentados pelos povos indígenas na conservação do seu território (apesar de se utilizarem do fogo para algumas de suas práticas tradicionais), a Funai tem atuado em parceria com o Ibama para combate desses incêndios, implementação de ações de prevenção e inclusive formação de brigadas indígenas. Desse modo, a formulação e a implementação da Política Nacional fortalecerá as parcerias institucionais existentes, definindo as diretrizes, os instrumentos e os arranjos para implementar no país um manejo do fogo adequado à conservação da biodiversidade, à preservação dos modos de vida tradicionais e à redução dos danos ambientais, econômicos ou sociais relacionados aos incêndios florestais.

9. POTENCIAIS IMPACTOS E MEDIDAS MITIGADORAS

9.1. Potenciais Impactos Sociais Positivos

As atividades do ProCerrado Federal foram concebidas para gerar melhorias ambientais e contribuir secundariamente para benefícios sociais, por meio da melhoria da qualidade de vida da população humana residente nas UCs e entorno, bem como nos municípios em que serão cadastrados os imóveis rurais.

As atividades do componente de CAR do ProCerrado Federal devem ainda causar os seguintes ganhos para o agricultor com propriedade menor que 4 módulos fiscais:

- Acesso sem custos as informações sobre a sua propriedade (imagens de satélite e mapa de uso do solo); e
- Elegibilidade para acessar o crédito agrícola.

9.2. Potenciais Impactos Sociais Negativos

As atividades do ProCerrado Federal foram pensadas de modo a evitar impactos sociais negativos.

9.3. Potenciais Impactos Ambientais Positivos

As diversas atividades previstas para o ProCerrado Federal deverão provocar os seguintes impactos ambientais positivos:

- A divulgação e implementação do PPCerrado e da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais contribuirão para a conservação da biodiversidade, para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a redução da intensidade e da severidade dos incêndios florestais por meio da implementação no país do conceito de Manejo Integrado e Adaptativo do Fogo;
- A implementação do CAR permitirá identificar os passivos ambientais de APP e RL dos imóveis rurais e os remanescentes de vegetação, bem como monitorar o desmatamento ilegal. A partir dessas informações, a gestão ambiental por parte do poder público poderá ser realizada com maior eficiência. As ações de comunicação e divulgação possibilitarão maior acesso a informações sobre o CAR. Além disso, proprietários de pequenos imóveis rurais (até 4 módulos fiscais) terão acesso à inscrição gratuita;
- A estruturação de 3 UCs federais para atuação na prevenção e combate a incêndios florestais contribuirá para a redução da ocorrência e da severidade de incêndios florestais em seu interior. De forma indireta, a estruturação ainda contribuirá para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos protegidos pela unidade.

9.4. Potenciais Impactos Ambientais Negativos

O exercício de antever os potenciais impactos negativos foi realizado no intuito de evitá-los ou mitigá-los. Apesar dos impactos ambientais serem majoritariamente positivos, a análise identificou possíveis impactos negativos e respectivas medidas de mitigação, descritos a seguir:

Tabela 8 - Potenciais Impactos Ambientais.

Ação	Impacto Negativo	Mitigação
Práticas de manejo integrado e adaptativo do fogo	Possibilidade de perda de controle das queimas controladas ou queimas prescritas.	Todos os procedimentos de queima serão realizados por equipes adequadamente treinadas e com o uso de equipamentos de proteção e prevenção específicos.

10. CONSULTAS A AGENTES E INSTITUIÇÕES INTERESSADAS

Considerando que o presente projeto foca em três componentes técnicos: (i) Apoio ao PPCerrado e à Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais; (ii) CAR; (iii) Prevenção e combate incêndios, o processo de consultas foi realizado com diferentes atores sociais e de forma complementar.

10.1. Consultas sobre o PPCerrado

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), publicado em setembro de 2010, é o resultado de um amplo processo de construção técnica, articulações na esfera federal e estadual e de consulta pública realizadas em 2009 e 2010. O arranjo de formulação, revisão e implementação do PPCerrado exige intensa articulação com instituições do governo federal, além de consultas aos estados e à sociedade civil organizada. O Plano congrega um conjunto de ações do governo federal que dependem do engajamento de outros níveis da federação e da sociedade para alcançar suas metas. Nesse sentido, buscando fortalecer a participação e a transparência dos processos relacionados à construção do PPCerrado, diversas reuniões foram realizadas desde 2009, no início da construção da primeira fase até o momento atual de sua revisão, que está ocorrendo em 2014:

Tabela 9 – Lista de reuniões e consultas realizadas no âmbito da elaboração e revisão do PPCerrado (Primeira e Segunda Fases).

Fase	Atividade	Data	Participantes	Resultados
1ª fase	Articulação interna no MMA para elaboração da 1ª fase do PPCerrado	jun/2009	Secretarias do MMA	Definição dos papéis para coordenação do PPCerrado
	Contratação de Consultoria para elaboração do Documento	jun/2009 a jan/2010	-	Documento preliminar do PPCerrado 2010
	Reunião com Superintendentes do Ibama do Centro-Oeste	ago/2009	Superintendentes do Ibama nos Estados do Centro-Oeste	Ajuste no desenho preliminar do PPCerrado e levantamento dos principais problemas no Bioma
	Consulta pública pela internet do documento preliminar do PPCerrado	set/2009	Sociedade	Ajustes no documento preliminar
	Oficina de pré-montagem do Modelo Lógico	27/out/2009	MMA e Ministério do Planejamento	Modelo Lógico – versão preliminar
	Oficinas de construção do modelo lógico do PPCerrado	4 e 5/nov/2009	MMA, Ibama e ICMBio	Modelo Lógico da 1ª Fase pactuado
		6/nov/2009	Órgãos Estaduais de Meio Ambiente	
		24/nov/2009	Sociedade Civil Organizada	
Reuniões interministeriais (prévia da Comissão Executiva do PPCerrado)	jul e ago/2010	Governo Federal	Preparação do Decreto de criação do Plano e ajustes no PPCerrado	

Fase	Atividade	Data	Participantes	Resultados
	Lançamento do PPCerrado – 1ª fase	15/set/2010	Governo Federal	Decreto de criação do PPCerrado e sua Comissão Executiva
	Reunião de instituição da Comissão Executiva do PPCerrado	21/out/2010	Governo Federal	Início dos trabalhos da Comissão Executiva
	1ª Reunião da Comissão Executiva	16/dez/2010	Governo Federal	Acompanhamento do Plano
	2ª Reunião da Comissão Executiva	22/mar/2011	Governo Federal	Acompanhamento do Plano
	1ª Semana do Cerrado	Set/2011	Sociedade, Governo, Universidades	Divulgação do PPCerrado
	Negociações de recursos para implementação do PPCerrado	2012	MMA	Projetos negociados
2ª fase	Contratação de Consultor para revisar o PPCerrado	jun/2013	MMA	Subsídios ao novo documento
	Reuniões bilaterais no Governo Federal	jun a set/2013	MMA	Subsídios ao novo PPCerrado
	3ª Reunião da Comissão Executiva do PPCerrado	24/out/2013	Governo Federal	Acordo sobre a estratégia de revisão do PPCerrado
	Oficina de revisão do PPCerrado com a Comissão Executiva	7 e 14/nov/2013	Governo Federal	Novos objetivos para o PPCerrado – 2ª fase
	Oficina de revisão das ações do PPCerrado	19 a 21/nov/2013	Governo Federal	Novas ações
	Construção do documento do PPCerrado	jan a abr/2014	MMA	Documento preliminar
	4ª Reunião da Comissão Executiva para apresentar status da revisão	8/abr/2014	Governo Federal	Ajustes no PPCerrado
	Consulta à Conacer	5/mai/2014 e 7/jul/2014	Membros da Conacer	Sugestões ao PPCerrado
	Consulta ao Fórum de Secretários de Meio Ambiente do Cerrado	20/mai/2014	Secretários de Meio Ambiente dos Estados	Sugestões ao PPCerrado

Importante lembrar que o horizonte de planejamento do PPCerrado é o ano de 2020. Na construção da segunda fase do Plano (em andamento), foram pactuadas metas para 2014 e 2015, últimos anos de execução do atual Plano Plurianual (PPA) do governo federal

(2012 a 2015). A segunda fase do PPCerrado servirá de orientação para o desenho do próximo PPA, buscando alinhar estrategicamente as ações governamentais para reduzir o desmatamento e promover o uso sustentável do bioma Cerrado, nos próximos quatro anos (2016 a 2019).

Os processos de revisão do PPCerrado e elaboração da Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais envolvem ampla discussão e consultas às partes interessadas sobre prioridades de ação governamental no bioma Cerrado. O PPCerrado tem significativas interfaces com a Política sobre o uso do fogo por ser o bioma que mais é atingido por esse evento no país.

10.2. Consultas sobre o CAR

Durante a preparação do Projeto *Environmental Regularization of Rural Lands in the Cerrado Biome*, apoiado pelo *Forest Investment Program (FIP)* e parte integrante do *Brazil Investment Plan (BIP)* e da política nacional de cadastro ambiental rural, quatro oficinas de informação e consulta foram realizadas com os principais atores sociais envolvidos.

A primeira oficina aconteceu em Palmas, no estado do Tocantins, em 12 de dezembro de 2012, e contou com a participação de representantes dos governos dos Estados de Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Tocantins, além dos representantes do MMA. A oficina teve os seguintes objetivos: (a) esclarecer os Estados sobre os instrumentos e procedimentos relacionados à implantação do CAR, de acordo com a nova lei florestal; (b) apresentar a proposta do Projeto CAR-FIP e projetos apoiados por outras fontes de financiamento; e (c) apresentar o SICAR e sua relação com o Projeto CAR-FIP. Foram apresentadas as principais etapas de preparação do Projeto e discutidos os seguintes assuntos: a situação da malha fundiária nos Estados; o tratamento dos assentamentos de reforma agrária; formas de apoio de entidades públicas e privadas; o desenvolvimento de campanhas para mobilizar, informar e educar os vários públicos-alvo; a elaboração e a execução de ações de capacitação, comunicação, mobilização e cadastramento nos municípios; a estrutura de gestão do CAR; e as parcerias potenciais a serem articuladas entre os diferentes atores públicos e privados em escala municipal, estadual e nacional.

A segunda oficina foi realizada em Brasília, em 24 de janeiro de 2013, e contou com a participação de entidades representativas do agronegócio e dos gestores estaduais no Plano ABC, aproveitando o processo de consulta do Projeto ABC-FIP. Essa oficina ressaltou a sinergia existente entre os Projetos CAR e ABC no âmbito do FIP. Participaram representantes da Federação de Agricultores de Goiás, da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), do Banco do Brasil, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), do Grupo Gestor do CAR do Distrito Federal e da Bahia, entre outros.

A terceira oficina, realizada em 30 de janeiro de 2013 em Brasília, reuniu as entidades representativas da agricultura familiar e das populações tradicionais, organizações não governamentais (ISA, TNC, FUNATURA, e FUNBIO) e instituições de pesquisa (EMBRAPA Cerrado e FGV). Participaram representantes do MMA, do MAPA e do INCRA. O MMA apresentou proposta e etapas de elaboração e implementação do

Projeto CAR-FIP. Os debates trataram dos seguintes temas: a participação desse segmento nas ações de implementação do CAR e suas expectativas em relação ao papel de cada um dos atores envolvidos nos governos federal, estadual e municipal; os desafios para viabilizar a inscrição no CAR; as estratégias de comunicação e mobilização; as prioridades regionais e territoriais a serem abordadas e metodologias de implementação; a infraestrutura de apoio aos estados e municípios.

A quarta oficina realizada em 31 de janeiro de 2013, em Brasília, com municípios e órgãos estaduais de meio ambiente, agricultura e assistência técnica rural, reforma agrária e polícia ambiental. Participaram representantes dos governos dos Estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Piauí, Mato Grosso do Sul, Maranhão e do Distrito Federal. Nessa oficina, foram apresentadas as atividades e etapas do Projeto CAR-FIP e o resultado das informações e insumos levantados junto às equipes dos estados beneficiados. Foram discutidos os aspectos relacionados ao fluxo operacional de implantação do CAR, relativos a questões como infraestrutura de fortalecimento dos estados, logística e insumos para a operacionalização da inscrição dos agricultores nos municípios, a metodologia de implementação, bem como as articulações institucionais necessárias nos estados e municípios, envolvendo o setor público, entidades da sociedade civil e representativas dos agricultores em geral, entre outros.

De maneira geral, a implantação do CAR foi vista como uma ferramenta com potencial para a melhoria da eficiência da gestão ambiental e da qualidade de vida. Contudo, foi demonstrado que os Estados se encontram em estágios diferenciados de construção e institucionalização de suas políticas de regularização ambiental e sistemas de cadastramento ambiental rural.

Além disso, durante as oficinas, diferentes organizações da sociedade civil representativas da agricultura familiar e do agronegócio ressaltaram que o CAR não deve ser visto como um ato punitivo, mas como instrumento de ordenamento do uso da terra e dos recursos naturais, indutor de processos para o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, sugeriu-se que novos padrões de produção e consumo sejam incentivados. Nesse sentido, o fomento a cadeias de produtos da sociobiodiversidade e agroecológicos deve ser parte de uma estratégia do Estado brasileiro para a mudança do seu paradigma de desenvolvimento.

Um dos aspectos mais levantados durante as Oficinas de Consulta Pública foi quanto a necessidade de integração do CAR com outros programas e políticas públicas e com uma agenda mais ampla de desenvolvimento rural e florestal. Essa integração deveria, segundo diretrizes das oficinas, envolver instituições dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil, bem como considerar os marcos políticos voltados para a promoção de cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Um dos pontos mais levantados durante a Oficina de Consulta Pública realizada com Organizações da Sociedade Civil (OSC) e Agricultura Familiar sobre o CAR, refere-se à necessidade de definir estratégias de parceria e mecanismos de integração das OSC no projeto, devido a sua capacidade de diálogo com produtores rurais.

10.3. Consultas sobre manejo integrado e adaptativo do fogo às UCs

Nos dias 21 e 22 de novembro de 2013, durante a Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da UC, realizou-se consulta às comunidades do entorno e residentes do Parque Nacional Chapada das Mesas, na Pousada do Lajes, no município de Carolina, Maranhão.

Na reunião, apresentou-se o ProCerrado Federal e sua relação com o Parque Nacional Chapada das Mesas. Além disso, informou-se sobre o objetivo geral do projeto e sobre a relevância de reduzir os incêndios florestais para contribuir com a mitigação da emissão de gases de efeito estufa no Cerrado.

O Conselho Consultivo da UC indagou sobre a possibilidade de contratação de funcionários para apoio à gestão do PNCM devido à quantidade insuficiente de servidores do ICMBio operando no local. Em resposta, foi informado que, além do ProCerrado Federal, a UC será beneficiada por atividades de assistência técnica e consultorias do Projeto Cerrado-Jalapão. Ambos os projetos, atuando de forma complementar, contribuirão para o fortalecimento da gestão da UC com pessoal especializado em manejo integrado e adaptativo do fogo.

Diante das condições adversas do terreno e do difícil acesso a áreas remotas do PNCM, destacou-se a importância da aquisição de veículos adaptados e a implantação de um sistema de comunicação adequados às necessidades de prevenção e controle do desmatamento. Essas questões foram levantadas por conselheiros como um dos principais gargalos na prevenção e combate aos incêndios no parque.

Cabe destacar que o Conselho Consultivo do Parque Nacional Chapada das Mesas prevê em seu Regimento o “acompanhamento de todos os projetos e contratações a serem feitas no âmbito do PNCM”. Nesse contexto, vale destacar que houve por parte de todos os conselheiros presentes na consulta a concordância com as propostas do projeto, não havendo ressalvas ou recomendações quanto à realização do ProCerrado Federal.

Quanto ao Parque Nacional Serra da Canastra, realizou-se a consulta às comunidades do entorno e residentes do parque, no dia 19 de novembro de 2013, durante Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da UC, realizada no Auditório da Câmara de Vereadores de São Roque de Minas (MG). Compareceram à reunião pessoas da comunidade do entorno do PNSC, conselheiros e representantes das seguintes instituições: PARNA Canastra/ICMBio, Associação Comunitária de São José do Barreiro, Usina Itaiquara, Associação Vale da Babilônia, Câmara de Vereadores de Vargem Bonita, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-Vargem Bonita, Prefeitura Municipal São Roque de Minas, Associação dos Produtores e Comercializadores de Pedras Quartzito do Médio Rio Grande e Instituto Terra Brasilis. Feita a apresentação do projeto, não houve manifestações contrárias à realização do ProCerrado Federal.

Por fim, nos dias 21 e 22 de novembro de 2013, analistas ambientais do ICMBio percorreram comunidades do entorno e residentes do Refúgio da Vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano (RVSVOB), entregando convites aos moradores do interior e do entorno da Unidade de Conservação para participarem de reunião que se realizaria no dia 23 de novembro de 2013, na Comunidade do Pratudinho. Nessa ocasião foram informados os objetivos, as atividades previstas e a fonte de doação do projeto.

A reunião de consulta contou com a participação de 13 famílias residentes no interior da Unidade de Conservação ou entorno. Foram apresentados os objetivos do ProCerrado Federal, enfatizando-se as atividades previstas para a RVSVOB de educação ambiental, oficinas de queima controlada, oficinas para brigadas voluntárias, elaboração de material de comunicação, aquisição de equipamentos para o fortalecimento das ações de prevenção e combate aos incêndios florestais e a elaboração de um Plano de Proteção da Unidade, o que requer a participação da comunidade. Cabe destacar que todos os participantes responderam positivamente à realização do ProCerrado Federal.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, L. M., MACHADO, R. B., & MARINHO-FILHO, J. (2004). *A diversidade biológica do Cerrado*. Em L. M. AGUIAR, *Cerrado: ecologia e caracterização*. Planaltina: Embrapa-CPAC.
- Cerrado Sustentável* (abril de 2014). Fonte: Site do MMA:
<http://www.mma.gov.br/biomas/cerrado/iniciativa-cerrado-sustentavel>
- FNMC* (abril de 2014). Fonte: Site do MMA: <http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/fundacional-sobre-mudanca-do-clima>
- Fundo Amazônia* (abril de 2014). Fonte: Site do Fundo Amazônia:
<http://www.fundoamazonia.gov.br>
- Ibama* (abril de 2014). Fonte: Site do Ibama:
<http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/cerrado/index.htm>
- IBGE (1992). *Manual Técnico da Vegetação Brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE (Série Manuais Técnicos em Geociências, n. 1).
- Inpe* (14 de novembro de 2013). Fonte: Site do Inpe: <http://www.inpe.br/queimadas/>
- MCTI* (abril de 2014). Fonte: Site do MCTI:
<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/347281.html>
- MENDONÇA, R., FELFILI, J. M., WALTER, B. M., SILVA JÚNIOR, M. C., REZENDE, A. B., FILGUEIRAS, T. S., . . . FAGG, C. W. (2008). Flora vascular do Bioma Cerrado: checklist com 12.356 espécies. Em S. M. SANO, S. P. ALMEIDA, & J. F. RIBEIRO, *Cerrado: ecologia e flora*. Volume 2. (pp. 213-228). Brasília: Embrapa Cerrados.
- Nationally Appropriate Mitigation Actions – NAMAs* (abril de 2014). Fonte: Site da UNFCCC:
http://unfccc.int/files/meetings/cop_15/copenhagen_accord/application/pdf/brazilcp_haccord_app2.pdf
- PMDBBS - Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite* (abril de 2014). Fonte: Site do Ibama:
<http://siscom.ibama.gov.br/monitorabiomas/cerrado/>
- PPCerrado* (abril de 2011). Fonte: Site do MMA:
http://www.mma.gov.br/estruturas/201/_arquivos/ppcerrado_201.pdf
- Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite - Prodes* (abril de 2014). Fonte: Site do Inpe: Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/index.php>
- Unidades de Conservação*. (abril de 2014). Fonte: Site do ICMBio:
<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros.html>